ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO EXTERNA PARA AVERIGUAR A MORTE DE CRIANÇAS INDÍGENAS POR DESNUTRIÇÃO NOS ESTADOS DE MATO GROSSO E DE MATO GROSSO DO SUL, REALIZADA NO DIA 07 DE ABRIL DE 2005, ÀS 08:00 HORAS.

ATA Nº 013

PRESIDENTE - DEPUTADO SILVAL BARBOSA

O SR. PRESIDENTE (SILVAL BARBOSA) - Declaro aberta a presente Audiência Pública.

Eu quero comunicar a todos os Srs. Deputados Estaduais, os Srs. Deputados Federais, as Srªs Deputadas, convidados, imprensa, que hoje, pela manhã, nós tínhamos Sessão Ordinária. Como a Deputada Teté Bezerra tinha solicitado uma Audiência Pública, ontem nós colocamos ao Plenário e foi aprovado fazermos esta Sessão em conjunto com a Audiência Pública.

Portanto, passo a compor a Mesa.

Convido o Sr. 1º Secretário, Deputado Riva, para compor a Mesa; convido o Presidente da Comissão Externa destinada para averiguar *in loco* a morte de crianças indígenas por desnutrição nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Deputado Federal Geraldo Resende; convido também a Deputada Federal Teté Bezerra, para compor a Mesa; convido o Deputado Federal Fernando Gabeira; convido a Deputada Thelma de Oliveira; convido a Deputada Federal Thaís Barbosa, para compor a Mesa.

Queremos registrar a presença dos convidados da Comissão Externa para depoimento, que são: Sr. Marcos Henrique Machado, que é Secretário de Saúde do nosso Estado; Sr. Mário Lúcio de Avelar, Procurador do Ministério Público Federal do Estado; Sr. José Rubens do Amaral Zaituni, Presidente da Sociedade Mato-grossense de Pediatria.

Também registro a presença do Sr. Jossy Soares dos Santos da Silva, Coordenador Regional da FUNASA; do Dr. Geraldo de Vitto, Secretário de Estado de Administração; do Sr. Vagner Vicente da Silveira, Prefeito de Vila Bela da Santíssima Trindade; e do Sr. José Antônio Borges Pereira, Promotor da Infância e da Juventude.

Registro, ainda, a presença dos Srs. Deputados Sérgio Ricardo, Zeca D'Ávila, Dilceu Dal Bosco, Humberto Bosaipo, Renê Barbour, Sebastião Rezende, Verinha Araújo, J. Barreto, Alencar Soares e Zé Carlos do Pátio.

Queremos registrar, também, a presença do Pastor Sérgio Aguiar.

Primeiro, eu gostaria de agradecer a presença dos ilustres Deputados desta Comissão, os Deputados Federais, as Deputadas, e parabenizá-los pela iniciativa de verificar um problema tão sério que está ocorrendo dentro das aldeias indígenas, não só dentro do nosso Estado, mas sim em todo o Brasil.

Ontem, a Comissão que estava representando a Assembléia Legislativa em Campinápolis, na audiência que foi promovida por Vossas Excelências, o Deputado Humberto Bosaipo e a Deputada Verinha Araújo... O Deputado Humberto Bosaipo chegou aqui no final da tarde, mas fez um relatório oral, nesta tribuna, do que realmente ele pôde testemunhar dos problemas existentes dentro das aldeias.

Avaliamos como um problema sério e, desde já, colocamos a nossa instituição, Sr. Presidente da Comissão, à disposição para contribuir no que for necessário para o melhor desempenho dessa Comissão da Câmara Federal.

Queremos registrar também a presença do Deputado Carlão Nascimento.

Passo a Presidência dos trabalhos para o Presidente da Comissão, Deputado Geraldo Resende.

Antes, porém, registro a visita dos alunos da 8ª série do ensino fundamental e dos 1º e 2º anos do ensino médio da Escola Estadual João Crisóstomo, através do Programa Por dentro do Parlamento, acompanhados pelos professores Antônio Francisco do Carmo e Neusivan Ribeiro Marques.

Sintam-se à vontade. Hoje vocês têm a oportunidade de assistir uma audiência pública conjunta, realizada pela Assembléia Legislativa e pelos Deputados do Congresso Nacional.

Deputado, por favor, assuma a direção dos trabalhos da audiência pública.

(O SR. GERALDO RESENDE ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 09:08 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - Bom-dia a todos.

Eu gostaria, em nome do Presidente Silval Barbosa, de fazer um cumprimento especial a todos os Deputados Estaduais e agradecer a Assembléia Legislativa de Mato Grosso por nos ter dado as condições para realizar esta audiência pública aqui.

Quero dizer do nosso objetivo, enquanto membro coordenador da Comissão, junto com as Deputadas Federais que representam Mato Grosso na Câmara Federal, as Deputadas Teté Bezerra, Thelma de Oliveira e Thaís Barbosa, bem como com o Deputado Fernando Gabeira, do Rio de Janeiro; a Deputada Perpétua de Almeida que, infelizmente, por problemas de vôo não pode estar presente aqui; e o Deputado João Grandão, de Mato Grosso do Sul, que também tinha uma audiência, um evento em Campo Grande e não pôde comparecer aqui.

Como já disse anteriormente, não gostaríamos de estar presidindo uma Comissão Externa para verificar mortes de crianças indígenas em nosso País, ainda mais quando estamos, hoje, num Governo que assumiu o compromisso, e eu sei que o compromisso é sério, sincero, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que colocou como foco principal da sua atuação que nenhum brasileiro não pudesse ter as três refeições diárias. Sabemos muito bem que ele tem feito esforços substantivos para que isso aconteça, inclusive com direcionamento, criando o Fome Zero Indígena, do qual participei, enquanto Deputado Federal de Mato Grosso do Sul, do seu lançamento, que foi na minha cidade. E ficamos estupefatos, quando a imprensa nacional começou a divulgar, há poucos dias, o grande número de crianças indígenas morrendo em Mato Grosso do Sul, relacionando na minha cidade Dourados a aldeia Jaguapiru e a aldeia Bororo, e também na cidade de Campinápolis em Mato Grosso.

Incontinenti, nós que já havíamos manifestado a nossa preocupação na Câmara Federal, inclusive através de requerimentos que fizemos durante a nossa passagem lá, no ano passado, acerca da utilização dos recursos do convênio de 5 milhões e 608 mil - 5 milhões do Governo Federal, 608 mil de contrapartida do Governo Estadual... Esse convênio teve uma celeridade nunca vista anteriormente. Os recursos foram liberados e foram encaminhados a Mato Grosso do Sul. E fizemos um requerimento pela discussão feita pela comunidade indígena de que não estava havendo o aporte desse recurso, não estava havendo a mudança realmente das condições que viviam no Mato Grosso do Sul, mesmo com esses recursos.

Quando surgiu a matéria na mídia nacional e foi amplamente divulgada, além das matérias na mídia estadual e local, fizemos um requerimento, não só eu, mas a Deputada Perpétua de Almeida, do Acre, o Deputado Sarney Filho, do PV do Maranhão, e o Deputado Rafael Guerra,

do PSDB de Minas Gerais. Fizemos um entendimento e assumimos a autoria conjunta do requerimento. O Presidente Severino Cavalcanti designou essa Comissão Externa, composta por sete Deputados que eu já citei, e nós estamos fazendo um cronograma de atividades.

Já fizemos audiências públicas na Câmara Federal. Fizemos também encontros e audiências públicas em Mato Grosso do Sul. Visitamos as aldeias de Mato Grosso do Sul e conversamos com todas as equipes do Programa de Saúde Indígena de Mato Grosso do Sul e autoridades ligadas à assistência hospitalar no nosso Estado.

Em Mato Grosso do Sul existe uma Comissão Parlamentar de Inquérito, comandada pelo Deputado Maurício Picarelli, que também está fazendo a averiguação das mortes por desnutrição infantil naquele Estado. Tivemos a oportunidade de fazer uma audiência pública na Assembléia Legislativa em Campo Grande, onde também ouvimos as autoridades regionais envolvidas na questão das políticas públicas destinadas à população indígena naquele Estado.

Retornamos a Brasília, onde fizemos as reuniões internas da Comissão e designamos a nossa atividade aqui no Estado de Mato Grosso, iniciando no dia de ontem. Deslocamo-nos para a cidade de Nova Xavantina, através do avião cedido pela Força Aérea Brasileira, onde lá tivemos todo o apoio dos Prefeitos da região, que nos colocou toda a estrutura para que pudéssemos visitar a aldeia São Felipe, onde estivemos contato com algumas lideranças indígenas e fizemos, ontem, na parte da tarde uma audiência pública, um encontro na Câmara Municipal de Campinápolis, onde ouvimos os convidados.

Hoje, estamos iniciando este encontro, este evento na Assembléia Legislativa. Queremos registrar a presença do Sr. Jossy Soares Santos da Silva, Coordenador Regional da FUNASA; do Sr. Marcos Henrique Machado, Secretário de Saúde do Estado de Mato Grosso; do Sr. Mário Lúcio de Avelar, Procurador do Ministério Público Federal em Mato Grosso; e do Sr. José Rubens do Amaral Zaituni, Presidente da Associação Mato-grossense de Pediatria.

Gostaríamos de dizer que também convidamos o Sr. Eduardo Celestino Barbosa, Coordenador Regional da FUNAI. Infelizmente, nós não recebemos nenhum comunicado acerca do seu não-comparecimento. Não sei se tem alguém aqui que o representa. Mas ele não se faz presente.

O Sr. Idevar Sardinha, Superintendente de Política Indígena de Mato Grosso, parece-me que está em viagem e também não se faz presente.

Devido ao adiantado da hora, nós vamos passar a palavra ao Sr. Jossy Soares Santos da Silva, Coordenador Regional da FUNASA em Mato Grosso, que tem sob a sua batuta a condução da política de saúde indígena aqui no Estado. Gostaríamos de dizer que ele vai ter dez minutos para fazer sua intervenção da tribuna.

Gostaria de dizer que após a oitiva de todos os convidados que também vão ter esses dez minutos, nós vamos abrir a rodada de perguntas para todos os Deputados Federais, para que tão logo termine as perguntas dos Deputados Federais que todos os convidados possam respondê-las, de acordo com os questionamentos a eles dirigidos.

Então, eu passo a palavra ao Sr. Jossy Soares Santos da Silva para ele nos dar subsídios, nos passar seus informes acerca da condução da política de saúde aqui no Estado de Mato Grosso, dizer dos números que hoje nós temos no Estado porque, ontem, lá na audiência pública em Campinápolis nós obtivemos números que gostaríamos de checar.

Nós gostaríamos também de pedir desculpas ao Deputado Humberto Bosaipo e à Deputada Verinha Araújo. Nós não citamos aqui, mas ontem eles nos acompanharam lá em Campinápolis, na visita que nós fizemos à aldeia São Felipe e também nos acompanharam na audiência pública, representando a Assembléia Legislativa. Nós gostaríamos de agradecê-los e ao mesmo tempo nos colocar à disposição para que nós possamos travar esse diálogo e contribuir

efetivamente para que nosso trabalho possa não só apresentar um relatório, mas possa nesse relatório apontar caminhos, apontar rumos para melhorarmos a política de saúde indígena no nosso País e que fatos como esse que macula a nossa imagem enquanto País, macula a imagem do Governo Federal - e mais uma vez há questionamentos intensos de todas as entidades que lidam com essa questão não só no País, mas no mundo -, que nós possamos virar essa página e construirmos efetivamente um novo momento para a população indígena no nosso País.

Então, gostaria de passar a palavra ao Sr. Jossy Soares Santos da Silva, agradecer aos Deputados Estaduais que estiveram lá ontem, e também os Deputados que estão nos acompanhando aqui hoje, e dizer que, por causa do Regimento Interno da Câmara Federal, não temos espaço para o Deputado Estadual questionar, mas eu estava discutindo com os Deputados Federais e podemos tabular conversações no sentido de poder abrir a possibilidade dos Deputados Estaduais, logo depois da intervenção dos Deputados Federais, poderem fazer também seus questionamentos.

Sr. Jossy Soares, o senhor dispõe de dez minutos e depois nós gostaríamos que o Senhor permanecesse para os questionamentos não só dos Deputados Federais, mas também dos Deputados Estaduais.

O SR. JOSSY SOARES SANTOS DA SILVA - Exmº Sr. Deputado Geraldo Resende, Presidente da Comissão, na pessoa de quem cumprimento todos os demais Parlamentares da Mesa, Deputados Federais, Estaduais, demais autoridades aqui presentes, população em geral.

Quero agradecer a iniciativa dessa Comissão e a hospitalidade da Assembléia Legislativa em hospedar tão importante e inédita Audiência Pública para tratar de assuntos relacionados à saúde indígena, sendo Mato Grosso o Estado que tem uma das maiores populações indígenas do Brasil.

Eu farei, neste momento, uma rápida introdução para mostrar o papel da FUNASA no contexto da causa indígena no País.

A saúde indígena sempre esteve atrelada à Instituição Fundação Nacional do Índio desde a fundação da FUNAI. E havia um conflito de competência com relação à Legislação que regia a matéria e, por vezes, a FUNAI entrava em choque com o Serviço Nacional de Saúde Pública, enfim, até que veio a Constituição de 1988 e disciplinou a tutela dos povos indígenas no Brasil como sendo atribuição da União Federal e a saúde desses povos indígenas como sendo também do Governo Federal, repassando ao Ministério da Saúde toda atribuição, desde o controle, a legislação e a execução dessas políticas. O Ministério da Saúde atribuiu, através da Lei nº 8.936, a responsabilidade para com a saúde pública para a Fundação Nacional de Saúde, a partir do ano de 1999, dando fim a todo conflito de competência com relação à matéria. Porque até então havia superposição de ações. Ora a FUNASA fazia determinadas ações quando a FUNAI também estava trabalhando na mesma linha, na mesma frente. Superposição de ações e de recursos.

Desde 1999 que a responsabilidade para com a saúde dos povos indígenas no Brasil, a sua execução é atribuição da Fundação Nacional da Saúde, e o responsável subsidiário último, o Governo Federal, através do Ministério da Saúde.

Então, iniciou-se um processo. Como não havia uma política, não havia um *know-how* na FUNASA para tratar da causa da saúde indígena e, diga-se de passagem, não havia assistência básica nas aldeias, até 1999; não havia assistência sistemática nas equipes multidisciplinares nas aldeias, não havia um corpo técnico para cada região, para cada aldeia ao longo desse país. Havia atendimentos remediativos, atendimento de retirada do paciente indígena para os centros. A partir de então a FUNASA começou a montar um esquema, começou a montar um programa para assumir integralmente a atenção não só corretiva, mas a preventiva, as ações da

saúde. E como não havia na época do Governo passado, do Governo do Presidente Fernando Henrique, um corpo de profissionais para imediatamente assumir essa questão, foram chamadas as organizações não governamentais. Aqui no Estado de Mato Grosso tivemos o Instituto Trópicos, a Sociedade de Defesa e Cidadania, que atendia os povos Xavante, e ainda algumas outras organizações que, pela sua seriedade, permanecem. Outras, infelizmente, foram retiradas do processo.

Então, essas organizações, em parceria com o Governo, atendiam as comunidades em suas localidades, ou pelo menos deveriam atender. Havia muitas reclamações sobre irregularidades, sobre problemas no atendimento à saúde indígena, como desvio de recursos, como má-utilização dos recursos repassados pelo convênio.

Com a chegada do Governo Lula, do Governo Federal, foi feita uma investigação, uma averiguação, e constatou-se que havia diversas irregularidades localizadas no Brasil inteiro na questão da saúde indígena. E não foi diferente no caso de Mato Grosso. Os povos indígenas Xavante eram atendidos pela Sociedade de Defesa da Cidadania, que desviou recursos da saúde pública, que dilapidou patrimônio que a FUNASA entregou, cerca de vinte e sete viaturas, que deixou os índios Xavante, nos seus cinco pólos, em completo abandono. Então, essa situação não podia mais continuar porque o atendimento à saúde pública estava totalmente destruído. E, hoje, nós estamos em processo de reconstrução.

Então, o que acontece? O Governo Federal determina que seja denunciado esse convênio. Nós retiramos a sociedade, com muito custo, retiramos a ONG do Distrito Xavante já no início do ano de 2004, em março de 2004. Por questões legais, por questões jurídicas, nós passamos o ano de 2003 afastando essas entidades. E, a partir de março de 2004, definitivamente, ela foi afastada da área Xavante. Então, buscamos um parceiro de responsabilidade, um parceiro de confiança. Buscamos a Universidade de Brasília que assumiu, através de convênio com a FUNASA, a política de atenção aos povos Xavante.

Aqui em Cuiabá, o Instituto Trópicos também resolveu retirar-se do convênio, assumiu a Universidade Federal de Mato grosso. Buscamos parcerias com instituições sólidas para termos tranqüilidade de que desvios como havia na gestão do Governo anterior não voltem a acontecer neste Governo. Falhas existem.

Eu quero dizer, nesta Casa, que a saúde indígena em Mato Grosso está em fase de reconstrução.

Sr. Presidente, eu quero reforçar essa frase de que a nossa saúde indígena, principalmente no distrito Xavante, encontra-se em fase de reconstrução. Nós pegamos uma situação calamitosa. A partir de março de 2004, a extensão dos estragos foi inconcebível. E nós estamos hoje em uma fase de reconstrução, com uma frota entregue pela ex-conveniada totalmente sucateada. Além disso, as apreensões de viaturas são constantes nas áreas indígenas. Temos hoje sete viaturas oficiais apreendidas. Dessas sete, quatro são ambulâncias que foram transformadas em caminhonetes pelas pessoas que apreenderam essas viaturas, e nós estamos, hoje, dando passo significativo para que os povos Xavantes tenham um atendimento digno de sua saúde.

Há muito que se fazer, mas o inicio da operação de saneamento do convênio de atenção aos povos Xavantes, nós já deflagramos...

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - Dr. Jossy, falta um minuto para o encerramento das suas considerações.

O SR. JOSSY SOARES SANTOS DA SILVA - Muito obrigado.

Já contratamos equipes multidisciplinares, já estamos com todas as áreas cobertas, o que falta agora são ações complementares para que possamos efetivamente ter a cobertura integral

da área. E, nesse sentido, já quero registrar que iniciamos um diálogo com a Secretaria de Estado de Saúde - o Secretário Marcos Machado aqui presente tem sido um amigo - e nós estamos pontuando com o Secretário de Estado de Saúde as ações complementares e juntamente com os municípios nos quais está também o povo indígena Xavante, que é a temática dessa reunião.

Agradeço a oportunidade e gostaria de, oportunamente, falar como se organiza a distribuição dos recursos para atenção à saúde.

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - Eu gostaria de agradecer a presença do Sr. Gonçalo Pedroso Branco de Barros, Conselheiro do Tribunal de Contas; da Srª Thais Camarinho, Secretária Adjunta da Secretaria Pública de Mato Grosso, ao lado das autoridades já mencionadas também pelo Presidente da Casa, Deputado Silval Barbosa.

Gostaria de dizer que este evento está sendo transmitido ao vivo pela TV Assembléia, canal 36.

Convido o Sr. Marcos Henrique Machado, Secretário de Estado de Saúde de Mato Grosso, para que possa, no tempo destinado, fazer a sua intervenção.

O SR. MARCOS HENRIQUE MACHADO - Eu gostaria de saudar os Parlamentares Federais em nome do Deputado Geraldo Resende; saudar a todos os Deputados Estaduais; ao representante da FUNASA; e ao Procurador da República, Dr. Mauro Lúcio.

Quero colocar, de forma bem objetiva, que o Governador Blairo Maggi tem procurado - isso é testemunhado por todos os Deputados Estaduais - avançar praticamente como se o Governo do Estado pudesse atuar diretamente na gestão da saúde indígena. E eu sou um dos responsáveis a alertar ao Governador dessa preocupação com a competência federal, sobretudo da limitação que temos, não só de recursos, mas, sobretudo da gestão da política de saúde indígena.

Mas chegou um momento em que nos deparamos com um verdadeiro estado de necessidade. Nós estamos exercendo uma política de interiorização e é inevitável o conhecimento e a constatação de que a situação ultrapassou a possibilidade de apenas exercer uma atividade suplementar ou complementar.

Eu tenho efetivamente levado ao conhecimento da FUNASA. Até lamento a falta, não sei, poderia estar aqui o Diretor de Política Indígena. Estive em Brasília e ele, parece-me que já esteve em Campinápolis, para que pudéssemos começar a traçar efetivamente ações concretas. Eu recebi um relatório e inclusive o passei para a Deputada Thelma de Oliveira. Desde o início em que se instituiu esse trabalho na Câmara Federal, ela vem solicitando informação da médica pediatra Eunice Maria de Melo Pereira, servidora do Estado, que atua no Hospital Regional de Colíder, tem uma história de dedicação para com os índios Caiapós e esteve em Campinápolis e Água Boa por 15 dias, a pedido do representante da FUNASA, com nossa concordância.

É preocupante o relatório que ela produziu, que trata, sobretudo da atenção básica, mas ela denota uma situação praticamente caótica de exercício da medicina e da atividade de enfermagem para essa comunidade. E coloca bem claramente que os hábitos indígenas foram mudados e a alimentação foi totalmente diversificada. Hoje, a coca cola é a grande bebida do índio, e isso tem trazido hipertensão, obesidade...

Outra preocupação é com o consumo de bebida alcoólica. Hoje, o índio está consumindo bebida e está largando a criança sem alimentação. Então, não é só uma atividade de saúde pública, que precisamos definir. Há uma atividade sócio-educativa efetivamente a ser implementada.

Agora, aproveito esta oportunidade para colocar a intenção do Governo, respeitando-se os limites constitucionais.

Agora, conversava com o representante do Ministério Público Federal, e definimos até uma interiorização, algumas viagens que devemos fazer juntos. E, com certeza, com a recomendação do Ministério Público Federal passaremos até uma legitimidade, uma tranqüilidade jurídica para poder assumir algumas obrigações que efetivamente estão reservadas para a União.

Mas é importante, hoje... Como Secretário de Saúde, gostaria de efetivamente ouvir da FUNASA, até porque o Jossy deixou que isso poderia ser dito, a efetiva explicação sobre a distribuição de recursos. Gostaria de aproveitar esta audiência pública para isso, porque eu preciso saber qual é o valor do recurso distribuído para cada município. Com esse recurso, qual a obrigação de cada município? Gostaria de saber também a competência da FUNASA em relação à assistência farmacêutica, porque tanto a FUNASA quanto a comunidade salesiana, que cuida do Sangradouro e Meruri, estão solicitando medicamentos para a Secretaria. Se eu tiro medicamente da rede SUS para encaminhar à comunidade indígena, com certeza em algum lugar vai faltar esse medicamente, porque o cobertor é um só. Puxa de um, alguém vai ficar sem. E também definir os valores para emprego da atividade ambulatorial e hospitalar, porque sabemos que há recurso específico em Colíder, em Água Boa. Só que esse divisor dos hospitais - um hospital estadual e outro hospital em co-gestão com o município - não vem para o Estado. E há uma confusão, efetivamente, não só da execução desse recurso, mas sobretudo da fiscalização.

Ontem, ligou-me o Prefeito de Rondonópolis, Adilton Sachetti, pedindo orientação sobre a aplicação de duzentos mil reais que ele recebera para atender a comunidade indígena ali em Rondonópolis, e que um servidor da FUNASA estaria, praticamente numa evolução de cobrança em cima dele, solicitando que ele direcionasse esse pagamento para uma entidade não-governamental, que está apresentando dívidas passadas que ele desconhece e não sabe inclusive nem a procedência. Então, pediu-me orientação e eu falei: "De jeito nenhum, Prefeito, o senhor, efetivamente, cumpra o objeto do convênio, não saia de maneira nenhuma dessa finalidade que o senhor firmou e ponha no papel, escreva quem está solicitando, de que forma e para quê, e encaminhe para o Diretor da FUNASA. Com certeza a autoridade hierárquica que vai saber conduzir e orientar".

O Estado de Mato Grosso, por uma determinação e por uma responsabilidade está à disposição do Governo Federal, é parceiro, como bem disse o Presidente da FUNASA, só que medidas concretas não estão sendo apresentadas. Eu não sei, efetivamente, que ações tomar imediatamente, embora tenha conhecimento do que. Eu digo que não sei em razão da necessária articulação que a FUNASA tem que formular, estar à frente, porque a atual estrutura física - não sei se os Deputados tiveram a oportunidade de conhecer - do hospital reservado para o índio em Campinápolis não é lugar de pôr ninguém. Não sei se os Deputados tiveram oportunidade de conhecer. Nem animal, efetivamente, se presta a ser ali alojado. E eu queria deixar bem claro que nós temos condições de receber recursos com objeto específico. Se é para melhorar a estrutura hospitalar de Colíder, que esse dinheiro seja encaminhado para o Estado, que nós vamos, efetivamente, executar. Se é para contratar médicos em Água Boa e colocar no Hospital Regional, vamos fazer. Se eu posso receber recursos efetivos para adquirir, Deputado, medicamentos, porque quando nós fizemos uma revolução na assistência farmacêutica de Mato Grosso, nós tivemos críticas, inclusive do Ministério da Saúde, por conta de má interpretação na condução da política de medicamentos em Mato Grosso.

Então, eu gostaria, nesta oportunidade, realmente de conhecer a distribuição de recursos, a competência efetivamente da FUNASA e a indicação concreta do que, em que região a Secretaria de Saúde pode atuar. Até porque quando nós fizemos o posto de saúde em Sangradouro, eu não pude nem inaugurar, porque recebi a comunicação que dali para frente era responsabilidade federal!

E uma outra situação que me preocupa, ou me preocupou com relação a essa indefinição de competência...(O MICROFONE É DESLIGADO).

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - Concedo mais um minuto a Vossa Excelência.

O SR. MARCOS HENRIQUE MACHADO - Além dessa estrutura física que nós pretendemos fazer, a equipe da Secretaria de Saúde foi à região de Campo Novo do Parecis para identificar a contaminação de AIDS em índios. Eu recebi uma notificação da FUNASA que a minha equipe não poderia executar esse serviço.

Então, eu quero, efetivamente, dizer: nós estamos prontos, só que vamos definir a tarefa de cada um, para que eu não receba, digamos, advertência do que eu devo ou não fazer. Muito obrigado, espero ter contribuído.

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - Obrigado, doutor. Eu gostaria que Vossa Excelência permanecesse neste evento para que, depois, nós pudéssemos fazer alguns questionamentos.

Com a palavra, o Dr. Mário Lúcio de Avelar, Procurador do Ministério Público Federal no Estado de Mato Grosso, para falar acerca da situação da morte das crianças indígenas e o que o Ministério Público Federal tem levantado acerca dessa situação aqui no Estado de Mato Grosso.

O SR. MÁRIO LÚCIO DE AVELAR - Bom-dia a todos!

Eu cumprimento o Presidente desta Comissão, Deputado Federal Geraldo Resende. Faço aqui referência à pessoa do Sr. Fernando Gabeira, pessoa com uma história sempre ao lado do bem e das boas causas deste país.

O Ministério Público Federal vem há alguns anos acompanhando essas questões das ações de assistência da saúde indígena no país. Nós observamos que nós saímos de um modelo em que a FUNAI era o órgão e a instituição responsável por prestar assistência à saúde dos povos indígenas neste país.

Em 1999, o Governo fez com que essa atribuição fosse migrada para a Fundação Nacional de Saúde. A FUNAI, como todos nós sabemos, nesses últimos anos, passou por um processo de desestruturação, de perda de recursos, materiais, financeiros, humanos, de forma que ela se apresentava como instituição incapaz de exercer dignamente as suas atribuições no que tange à prestação de assistência à saúde aos povos indígenas. Pois bem, foi criado esse novo modelo, na verdade, um subsistema de atenção à saúde indígena. Nós temos o SUS, que é o Sistema Único de Saúde, e foi criado um subsistema de atenção à saúde indígena, a cargo da Fundação Nacional de Saúde. Foram aportados recursos consideráveis em 2004. Falou-se em duzentos e sessenta milhões de reais, de forma que foi definida, então, uma política, foi definido um órgão executor e foram aportados recursos para a construção do subsistema único de saúde indígena neste País.

Todos esperávamos que houvesse de fato um avanço, uma melhoria desse serviço. A FUNASA inicialmente não tinha e não tem servidores, um quadro insuficiente. Em razão das amarras do poder público com relação à contratação de pessoal, esse serviço foi delegado às organizações não-governamentais. Algumas funcionaram, outras não funcionaram. É muito simples dizer aqui o seguinte: olha, tudo era por conta da ONG e não funcionava. O Governo Lula assumiu e disse o seguinte: "Quem vai exercer atenção à saúde indígena agora é a FUNASA". As organizações não-governamentais o farão de forma tão somente complementar, mas a execução, a responsabilidade será a cargo da FUNASA.

Pois bem, eu vi aqui que uma organização não-governamental inclusive foi alvo de matéria no *Jornal Nacional*, está sendo apurado, praticou ilícitos penais, apropriou, desviou,

malbaratou recursos públicos e está sendo apurado. Mas o que recebemos no dia-a-dia é uma queixa generalizada por parte das comunidades indígenas no Estado de Mato Grosso. E a imprensa nacional demonstra que as queixas, as omissões, a precariedade das ações de serviço público na área de saúde para os povos indígenas é generalizada.

Ainda outro dia, os povos indígenas no Amazonas apreenderam, fizeram reféns servidores da FUNASA. Há dois meses, na minha sala, o povo Cinta Larga, aqui do norte do Estado, divisa com Rondônia, esteve lá na Procuradoria: "Doutor, precisamos que o senhor vá a nossa terra para ver a nossa realidade". Estou a dez meses no Estado de Mato Grosso, e falei: é preciso que a gente vá às comunidades, ouça e veja o que está se passando.

E assim foi feita uma audiência pública para a qual foram convidados, evidentemente, os povos indígenas e os representantes da Fundação Nacional de Saúde. Naquele dia, na cidade de Aripuanã, acabava de assumir um gerente, um responsável pelo pólo-base. Como nós sabemos, a unidade executora é o Distrito Especial Sanitário Indígena. São 34 no país. Esses Distritos são responsáveis por pólos-base, como manter os agentes comunitários de saúde, os agentes de saneamentos, as enfermeiras, a equipe multidisciplinar. O que eu ouvi daqueles índios está retratado em documento, que posso passar a essa Comissão, é que há dois anos eles não viam um médico nas suas aldeias, há dois anos eles não viam um enfermeiro. E, pior, os agentes comunitários de saúde não recebiam seus salários há vários meses, assim como as enfermeiras.

Imediatamente, eu procurei saber o que se passava, o servidor da FUNASA estava assumindo naquele instante. O responsável pela FUNASA a nível nacional, o Sr. Alexandre Padilha, não se dispôs a ir tão pouco mandar um representante. Difícil diálogo com a FUNASA. A FUNASA não dialoga, não conversa, não estabelece interlocutores, até mesmo com o Ministério Público. Sente-se auto-suficiente para lidar com a questão. Pois bem, eu saí daquela reunião e falei: não é possível. Os chefes indígenas, as pessoas, as mulheres, meu filho morreu há dois meses atrás de diarréia. O ano passado foi muito triste para a nossa aldeia, garimpeiro, madeireiro que estão matando o nosso povo. A FUNASA está nos enganando. E eu olhei aquilo e falei: puxa, que negócio sério é esse? Será que falta recurso, será que falta orçamento? Por que há dois anos não vem um médico? A resposta é simples, eu fui buscar lá na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Aripuanã. A FUNASA, de uma hora para outra, resolveu repassar os recursos para contratação da equipe multidisciplinar de saúde para o município. Repassa via Fundo, Secretaria de Assistência à Saúde/Ministério da Saúde. Passa para o município. O município recebe. Só que o município, em instante algum, foi informado sobre qual procedimento ele deveria adotar para contratação desses médicos, se deveria adotar, se deveria contratar, como deveria ser. E estavam lá há seis meses os recursos depositados na conta do Município de Aripuanã, depositados na conta do Município de Juína, depositados na conta do Município de Cacoal, em Rondônia. E o município inerte, não sabia nem que aqueles recursos estavam na sua conta.

Então, esse é um problema crônico de falta de gestão, incompetência administrativa, omissão. E creio que esse quadro não se resume somente à cidade, ao povo indígena Arara, ao povo indígena Cinta Larga. Crianças, evidentemente, vidas, poderiam ter sido salvas se essa omissão não persistisse. E assim nós estamos querendo saber se isso tem se passado com outros povos no Estado de Mato Grosso. Esse fato ocorrido e que está ocorrendo ainda hoje com relação ao povo Cinta Larga foi alvo de uma ação civil pública por parte do Ministério Público. Nós solicitamos, há algum tempo, à FUNASA, informações precisas sobre o que está se passando com a comunidade indígena Xavante. Esse problema não é da comunidade Xavante, não é do povo Cinta Larga. Esse problema é generalizado. O País vivia uma situação de caos na prestação de assistência à saúde dos povos indígenas. E não adianta dizer que nós herdamos, que isso é uma herança, porque

já vamos para o terceiro ano de administração pública do atual Governo. Já vamos para o terceiro ano. Falta saneamento, faltam ações efetivas de referências e contra-referências...

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - Resta um minuto, doutor.

O SR. MÁRIO LÚCIO DE AVELAR -... falta estabelecimento de parcerias do Estado e dos Municípios, falta saneamento básico, falta água tratada. Ou seja, as crianças indígenas morrem de doenças crônicas das populações do terceiro mundo. Cem por mil, cento e vinte por mil, cento e trinta por mil. São índices de fazer inveja à África.

Então, é o seguinte, eu acho que o Ministério Público Federal tem uma dívida e há um déficit de atuação por parte do Ministério Público.

O que nós temos que fazer é responsabilizar essas autoridades por omissão, por improbidade...(NESTE MOMENTO, O MICROFONE É DESLIGADO.)

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - Concedo mais um minuto para conclusão.

O SR. MÁRIO LÚCIO DE AVELAR - Eu vou só agradecer a todos e dizer que estou aí à disposição para os debates, para um melhor entendimento dessa questão de auxiliar e para cumprir o nosso papel, que é fazer com que a saúde chegue aos povos indígenas de forma efetiva.

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - Muito obrigado, Dr. Mário Lúcio de Avelar.

Convido o Dr. José Rubens do Amaral Zaituni, que é o Presidente da Sociedade Mato-grossense de Pediatria, para fazer a sua intervenção no aspecto do que a Sociedade Mato-grossense de Pediatria... Lá em Mato Grosso do Sul, nós tivemos a fala do Dr. Rubens Zaituni, que pôde nos ajudar, sobremaneira, a fazer essa compreensão, e parece-me que aqui, também, vocês têm feito vários estudos sobre essa temática.

O SR. JOSÉ RUBENS DO AMARAL ZAITUNI - Muito obrigado. Eu quero agradecer o convite e dizer que a sociedade se sente extremamente honrada de ter sido chamada a participar dessa Comissão.

E quero pedir desculpas por eventuais falhas, porque eu quero confessar que é a primeira vez que adentro neste plenário.

Eu fui de uma geração próxima do Deputado Gabeira. Nós convivemos numa fase em que havia muito radicalismo, muita exceção, não de modo tão incisivo como ele, mas nós usávamos outros meios para protestar e não usávamos o plenário. A força que tem aqui identificava até esse plenário como um instrumento de exceção, de arbitrarismo e, às vezes, até de corrupção.

Por isso que eu fico contente de estar aqui hoje fazendo essa penitência, o reconhecimento da importância deste plenário. E fico muito contente de ver a platéia que aqui nos cerca, para que esses jovens aprendam que aqui, sim, é o caminho certo para levar as suas reivindicações. Que esses Senhores que aqui estão representam o povo, são parte nossa. Se críticas merecem, às vezes, é porque nós temos que fazer uma autocrítica também, e, em todo momento, eles nos representam aqui dentro deste plenário. E esse é um caminho certo para trazermos as nossas reivindicações.

Eu agradeço a presença, agradeço na presença do Sr. Geraldo Resende e saúdo todos da Mesa e as que aqui estão presentes.

Dentro das presenças, por que a SOMAPE está aqui presente? É uma entidade que representa o pediatra ou a criança?

A entidade Sociedade Mato-grossense de Pediatria, que é um braço da Sociedade Brasileira de Pediatria defende a criança e o adolescente, independente da sua idade, cor, raça ou

etnia. Nós, o pediatra, trabalhamos como instrumento de promoção de saúde, a saúde como um todo, não só como ausência de doença, mas como bem estar físico, social e psicológico.

Dentro disso a Sociedade Mato-grossense de Pediatria e a Sociedade Brasileira de Pediatria detectaram problemas graves de saúde nas crianças indígenas e, como tal, nos mobilizamos na tentativa de protegê-las. E nisso fizemos algumas condutas, das quais se destacaram os fóruns em que se reuniam todas as entidades, inclusive com a presença marcante das etnias indígenas para traçar políticas e identificar problemas que acometiam a sociedade indígena.

Eu vou tomar a liberdade de ler aos senhores uma das conclusões dos fóruns, que nas conclusões apontavam a dimensão catastrófica de uma situação que urge reverter. Mostrava um cenário de agruras e sofrimentos em que vivem essas crianças que configuram as seguintes evidências epidemiológicas e sociológicas que acentuam a gravidade da questão e o caráter inadiável das providências requeridas para sua solução.

Eu não vou me alongar mais, porque eu já passei esse relatório para as mãos da Deputada Thelma de Oliveira, para que ela depois leve ao conhecimento dos senhores.

Mas há só um detalhe, senhores. Eu queria só dizer a data dessas conclusões - abril de 2000.

Senhores, então não estamos diante de um fato surpreendente. Isso que está acontecendo aqui é uma crônica de uma morte anunciada.

Em 2000 se destacava aqui: "urge reverter. É uma situação catastrófica, exige um caráter inadiável de providências".

Ora, isso foi feito em 2000. E nós tivemos mais quatro fóruns e nesses quatro fóruns se repetem as medidas, se repetem as conclusões, se repetem os pedidos, só não se vê as soluções.

Eu não gostaria de defrontar com aqui...

Ainda na universidade, houve um período em que fui fazer um trabalho social pela universidade dentro do Amazonas, e eu lembro que uma senhora nos procurou - nós estávamos fazendo o levantamento da solução - e falou: "doutor, estou meio desanimada, porque estão fazendo levantamento. É levantamento em cima de levantamento. Acho que é a quarta, a quinta equipe que vem fazer levantamento. Nós continuamos exatamente a trezentos metros do nível do mar". Então, nós precisamos agir.

Olhe, eu louvo na presença do Secretário Marcos Machado, a atuação do Governo, porque como pediatra eu vejo que, independente de sua atuação política ou de partido, o Governo Estadual tem auxiliado as unidades hospitalares de atendimento à criança dentro do Estado de Mato Grosso. Mas isso não basta! Tem algumas medidas de fácil implementação. Dentro da sociedade estamos fazendo esse fórum na tentativa de conscientizar. E todos os relatórios são periodicamente enviados às autoridades.

A Sociedade Brasileira de Pediatria em convênio com a FUNASA fez esse manual de atenção à saúde da criança indígena brasileira. Esse manual está à disposição de todas as autoridades e muitas entretanto não o conhecem. Estou passando a esta Comissão, hoje, para que ela tome conhecimento dela, assim como passei todas as conclusões e todas as medidas sugeridas no fórum.

Queria elencar algumas coisas que são de fáceis execução: identificação dos problemas, comunicação deles, imunização.

Gente, a imunização diminui radicalmente todas as doenças. Nós temos dentro dos nossos hospitais leitos vagos, hoje.

Voltei a dar aula na Faculdade de Medicina - foi um prazer reencontrar os meus alunos -, e tenho dificuldade de mostrar sarampo, caxumba, difteria, porque não tem. Poliomielite é uma memória! Isso, por quê? Vacinação efetiva! A imunização não é um programa tão caro. É um programa de muito maior facilidade de execução.

Outra coisa, se não ajudar, não atrapalhem. O aleitamento materno era o grande item, o grande estímulo à população indígena. As índias amamentavam seus filhos até quatro anos. E seus índices de crescimento e desenvolvimento chegavam a ser parâmetros iguais da Suécia, Alemanha e Estados Unidos. E, no entanto, hoje, não se amamenta mais, como foi bem colocado por palestrante anterior. Toma-se coca cola. Quando, antes, as índias amamentavam até os quatro anos, mantinha-se o índice ponderal maravilhoso. Então, aqui não ajudamos e ainda atrapalhamos.

Vejam bem, o choque cultural é inevitável, mas precisamos minimizar o máximo os seus efeitos. Nós precisamos restabelecer equilíbrio biológico. O contato e direito que o índio tem. Existem hábitos deles que são arraigados e não podem ser modificados, e eles precisam ter espaço para que assim o exerçam. Precisamos manter as referências culturais dos índios, não podemos impingir nossos padrões e valores, porque assim estaríamos violentando a sua cultura.

Veja bem, em qualquer parte, quando eu trabalho com uma criança pobre, eu não quero colocar os suprimentos de alimentação de uma criança de outra classe social. Eu procuro encontrar dentro das suas idiossincrasias, dentro dos seus métodos que ele pode ter aquilo que ele pode usar para melhorar as suas condições alimentares. Eu não preciso violentar a cultura para criar boas soluções.

Outra coisa que é fundamental é a participação do índio. Hoje lamento, porque acho que aqui deveria que estar cheio de índio também. Eles tinham de nos ouvir e opinar. E é muito importante isso! Acho que isso nos vai dar subsídios importantes. Outra coisa - para encerrar, porque meu tempo está acabando - essas coisas são pontuais. São pequenas coisas que podem ser estabelecidas.

Eu queria lembrar a todos, senhores, que todos têm que se tornar responsáveis, qualquer entidade, qualquer força política que se sobrepõe e massacra as outras. Não se iludam, não! Porque num momento você pode ser mais forte, mas num determinado momento essa etnia, essa violência vai voltar contra si próprio.

Eu queria louvar e agradecer a presença dessa sensacional artista, Deuseni Félix, que está aqui. Eu queria terminar, mostrando... Pena que ela não tenha um grande quadro para mostrar a toda platéia! Mas, eu sou apaixonado pelos quadros dela e pelos olhos que ela pinta. Embora, todos não possam ver, escolhi um quadro aqui, para que vocês vejam essa criança, para que vocês, se possível, vejam através dos olhos dessa pequena criança quanta coisa que essa grande artista conseguiu resumir: há esperança, há amor, há fé no futuro, mas ao mesmo tempo há tristeza, há desconfiança de uma criança que não sabe se vai encontrar o seu amanhecer amanhã ou vai ser mais um número das nossas estatísticas de morte.

Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - Agradeço o Dr. José Rubens do Amaral Zaituni. Vossa Excelência foi preciso no seu tempo.

Eu tenho uma lista de inscrições aqui e eu já combinei aqui com os Deputados Federais...

O SR. FERNANDO GABEIRA - Sr. Presidente, preciso no tempo é pouco. Ele foi brilhante também!

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - Foi brilhante!

Com a observação do Deputado Federal Fernando Gabeira, o Dr. José Rubens do Amaral Zaituni foi brilhante.

Nós temos quatro Deputados Federais inscritos e, regimentalmente, a precedência é da Deputada Thelma de Oliveira, que está relatando aqui em Mato Grosso, com entendimento da Deputada Federal Perpétua de Almeida. Eu solicitei à Deputada que antecipasse os questionamentos dela.

Eu também gostaria de dizer que, de comum acordo, depois das perguntas e das respostas dos palestrantes, nós vamos abrir a palavra para os Deputados Estaduais fazerem seus questionamentos.

Mas eu gostaria, primeiro, de fazer alguns questionamentos ao Sr. Jossy e ao Secretário de Estado de Saúde de Mato Grosso, Dr. Marcos Henrique Machado. Eu gostaria que cada um deles pudesse apontar...

(A SRª DEPUTADA VERINHA ARAÚJO DIALOGA COM O PRESIDENTE - INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - Após as perguntas dos Deputados Federais e Estaduais, nós vamos deixá-la fazer. Não estava na relação e precisa ter requerimento aprovado na Câmara Federal.

Eu gostaria de fazer alguns questionamentos ao Coordenador Regional da FUNASA e ao Secretário de Saúde de Mato Grosso, Dr. Marcos Machado.

Primeiro, nós temos o índice de mortalidade infantil que, para nós que somos médicos, eu sou médico, é o principal indicador do resultado das políticas de saúde.

Em nosso país, está aqui um pediatra, sabe muito bem, nós estamos, hoje, com a média nacional de vinte e quatro por mil. Temos cidades no país que hoje já estão alcançando o patamar de algumas cidades, de alguns países, inclusive, da própria América Latina que são muito melhores do que o nosso e de alguns países de primeiro mundo, Curitiba, Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, chegam a quinze por mil.

Os indicadores aqui em Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul, na população indígena, são vergonhosos. São indicadores comparados aos indicadores do Haiti ou dos países africanos. Eu estava olhando aqui, cento e vinte e dois por mil, cento e vinte e seis por mil.

Lá em Mato Grosso do Sul, setenta e quatro por mil, ou seja, morrem - para as pessoas que estão nos assistindo nos entendam - relativamente três a cinco vezes mais crianças indígenas do que na população não-índia. Mesmo nesse indicador geral está “contaminado”, entre aspas, com as próprias mortes da população indígena e da população negra que também no país tem seus percalços.

Eu gostaria de perguntar ao Dr. Jossy, porque lá no Mato Grosso do Sul os dados estão um pouco nebulosos. A imprensa está dizendo que é a décima oitava criança que morre no Mato Grosso do Sul, nesta semana, vítima de desnutrição. Tem outros setores que estão dizendo que já morreram quarenta e três crianças somente nos três primeiros meses deste ano e algumas delas por desnutrição, outras com desnutrição como causa correlata, ou seja, uma pneumonia, ou outra doença que com a criança desnutrida é muito mais grave, todos nós sabemos. Eu gostaria de perguntar ao senhor porque ontem na conversa nossa lá em Campinápolis, pareceu-nos surpreendente o que o Dr. Paulo Félix nos reportou, tenho documento em mãos, que somente duas crianças, das seis que a imprensa divulgou, no pólo, no Departamento de Saúde Especial Indígena do Xavante, somente duas crianças morreram este ano por desnutrição.

Vossa Senhoria disse aqui que estava desestruturado o sistema. Se estava desestruturado o sistema, com o sistema desestruturado e está reestruturando agora recentemente, se quando estava estruturado o indicador era da monta de mais de 76%, como que justifica, qual é a

intervenção, porque nós poderemos, inclusive, reproduzir o tipo de intervenção que vocês fizeram em Mato Grosso do Sul, levando lá ou trazendo para cá, para que a persistir o número que os senhores estão colocando, houve assim um decrescimento significativo, mesmo com a desestruturação das equipes, no índices de mortalidade infantil no Distrito Sanitário Especial Indígena Xavante. Eu gostaria de saber qual é o registro da magnitude para que nós médicos, inclusive nós temos um epidemiologista que está nos acompanhando para a gente poder fazer essa comparação.

Segundo, pelo documento que nós temos, Dr. Jossy, a desnutrição foi a segunda causa de morte durante os anos de 2001, 2002, 2003 e 2004. No ano de 2002, foi a primeira causa da mortalidade geral no Departamento de Saúde Especial Indígena Xavante. Como é que justifica também, sendo que chegava a 30% das mortes e este ano só houve duas mortes durante os três primeiros meses. Se isso multiplicar, se fizer esse mesmo patamar, nós só vamos ter, quatro vezes dois, oito mortes, se persistir assim, o que de fato é um evento que a gente precisa louvar, mas nós queremos saber o que aconteceu de fato.

Terceiro lugar, eu gostaria de perguntar ao senhor como que são feitas.. Aquilo que o Secretário já fez porque ontem nós não entendemos a colega médica que talvez tenha ficado um pouco nervosa. Ela não explicitou claramente como são feitas as contratações, porque em vários Estados a política de saúde, conforme o Decreto nº 3.156, é de responsabilidade da FUNASA, e através da lei, o Arouca, inclusive um grande sanitarista o Dr. Sérgio Arouca, criou o sistema indígena.

Nós sabemos que a FUNASA em muitos Estados está incapacitada de diretamente atuar na saúde indígena e faz a terceirização desse atendimento da contratação dos recursos humanos. E nos pareceu muito difícil de entendimento o que a colega médica nos passou da contratação via UnB, via ONT que é a organização não-governamental que substituiu a organização não-governamental SBC que foi aquela dos escândalos dos desvios dos recursos. E ontem nós não entendemos como é feita essa triangulação e também via prefeituras municipais.

Queria também perguntar ao senhor como que em algum momento, e vocês estão dizendo que houve um avanço aqui, sendo que de 2003 para 2004 temos um índice para 2003 de sessenta e seis ponto três por mil nascidos vivos, para setenta e seis ponto quatro por mil em 2004.

Outra pergunta: como estão sendo acompanhados os casos de desnutrição, tanto leve, moderada e grave, como as crianças com risco nutricional. Porque só no distrito sanitário especial indígena das novecentas e poucas crianças que estão sendo acompanhadas, vinte e quatro por cento estão com algum grau de desnutrição, ou seja, duzentas e doze crianças estão desnutridas somente no distrito sanitário especial indígena na região de Campinápolis. Como é feito? Há equipes suficientes? As equipes estão tendo aportes de recursos humanos como nutricionistas, como enfermeiras, como médicos, para atender? Porque ontem nós comprovamos que só tem uma equipe em um distrito que precisava de, no mínimo, três equipes.

Eu gostaria de ter a compreensão do Secretário de Estado de Saúde, que colocou aqui que o Governo do Estado de Mato Grosso - e, também, nós temos documento do Superintendente, Dr. Idevar Sardinha - tem tido a preocupação de junto com a Fundação Nacional de Saúde fazer parcerias para poder contribuir com a melhoria do atendimento à população indígena, porque me parece que na sua fala e na fala do Dr. Paulo Félix há um choque entre a coordenação da FUNASA, entre o Departamento de Saúde Especial Indígena de alguns dos distritos sanitários com esse tipo de parceria. Tanto é que houve uma crítica lá, ontem, de um posto de saúde feito, construído, em uma reserva indígena, parece-me que Sangradouro, que foi inaugurado e até agora não foi equipado e não há equipes para atender. Sendo que em Mato Grosso do Sul - e aí eu falo

enquanto ex-Secretário de Saúde - nós fizemos uma parceria com a Fundação Nacional de Saúde, que fez com que em 2001, 2002 e 2003 houvesse um decréscimo acentuado de todos os indicadores na área de saúde, construindo postos de saúde, reformando hospitais. Os Deputados estiveram lá e viram a reforma que fizemos no Hospital que presta assistência hospitalar. Construímos postos de saúde, fizemos compra de equipamentos, raios X, ultra-sonografia para as reservas indígenas. Por que aqui, em Mato Grosso, não está havendo uma soma, uma conjugação de esforços com as Prefeituras, principalmente quando estão em gestão plena, e o Estado, também, quando está em gestão plena, não podem ficar alheios às políticas encetadas nas reservas indígenas, mesmo que elas sejam de responsabilidade de gestão da FUNASA. A própria lei está dizendo que podem ter ações complementares, ações adjuvantes às ações que a FUNASA faz. Por que há esse choque aqui? Eu gostaria que nos respondessem.

Passo a palavra à Deputada Federal Thelma de Oliveira, para que possa fazer os questionamentos.

Peço que anotem para responderem em conjunto.

A SRª THELMA DE OLIVEIRA - Obrigada, Sr. Presidente.

Meu bom-dia a todos. Cumprimento todos os Parlamentares na pessoa do Presidente desta Casa, Deputado Silval Barbosa. Cumprimento e agradeço a todos os convidados que atenderam ao nosso pedido, porque sei que todos têm os seus afazeres, mas que estão aqui, hoje, atendendo, dando uma demonstração da preocupação da responsabilidade e do compromisso que todos nós temos com essa questão.

Eu queria abrir a minha fala, Sr. Presidente, registrando o nosso protesto pela ausência da FUNAI aqui hoje. A FUNAI não compareceu em nenhuma das nossas visitas. Em Campinápolis, aliás, fizeram, ao nosso ver, uma retirada estratégica do representante da FUNAI naquela região.

E aqui, hoje, nós gostaríamos muito que a FUNAI estivesse presente, pois as reclamações nos municípios e, especialmente, das comunidades indígenas com relação à atuação da FUNAI tem sido muito grande. Sentimos, não apenas aqui em Mato Grosso, mas também em Mato Grosso do Sul. E sentimos também a ausência do responsável pelo atendimento de saúde indígena, o Superintendente Idevar Sardinha, que nós gostaríamos que estivesse também aqui hoje, porque havia necessidade de que pudéssemos coletar todas as informações possíveis para compor o nosso relatório.

Então, nós ficamos bastante insatisfeitos pela ausência dessas pessoas, porque esta é uma Comissão que convida as pessoas. Nós não estamos aqui intimando ninguém, estamos convidando para que possamos, junto à Câmara Federal, junto aos órgãos competentes e ao Governo Federal, ajudar a resolver essa situação que se encontra cada dia mais complicada em nosso país.

Mas eu gostaria de abrir a minha fala dizendo que não podemos - e aí eu me dirijo ao Sr. Jossy, na medida que ele diz que o Governo anterior é um dos grandes culpados para essa situação indígena estar da forma como está...

E nós pudemos constatar, em Mato Grosso do Sul - e aqui nós estamos em alguns Parlamentares, mas em Mato Grosso do Sul éramos em seis -, que a grande mudança que ocasionou a situação precária, especialmente em Mato Grosso do Sul, ocorreu em meados de 2003 e 2004.

Eu queria, aproveitando, dizer que essa não é uma questão partidária, porque aqui quero mostrar, e estou aqui com um artigo do jornal *Folha de São Paulo*, que diz: "Anistia diz que governo não cumpriu as promessas de 2002 e que repete erros". Isso aqui é o relatório da anistia internacional sobre a situação dos povos indígenas no Brasil, que acusa o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva de não cumprir promessas de campanha sobre a questão indígena.

Em outro parágrafo: "A anistia reproduz trecho de documento da campanha de 2002 de Lula - 'Compromissos com os povos indígenas do Brasil, no qual o petista lista como prioridade implantar, ao ser eleito, uma clara, democrática, objetiva e coerente política para as questões indígenas'. Apesar das promessas e do forte apoio dos povos indígenas do Brasil durante a campanha eleitoral, mais da metade da gestão se passou e ainda não há sinal de que o Governo Federal tenha desenvolvido uma estratégia coerente", diz o relatório.

Portanto, eu acho, Sr. Jossy, que precisamos assumir as nossas responsabilidades, os nossos erros e procurar realmente acertar, porque, enquanto estivermos culpando gestões anteriores, temos crianças morrendo nas aldeias indígenas por falta de assistência.

Eu queria lhe perguntar se o senhor tem conhecimento do relatório do Sr. Idevar Sardinha, que foi encaminhado a esta Comissão.

No relatório, uma das coisas que o Sr. Idevar Sardinha diz é o seguinte: "Também constatamos o abandono..." Este relatório é recente, acabou de ser remetido à comissão. "Também constatamos o abandono total no que se refere à saúde. A FUNASA, a quem caberia a responsabilidade dessa função, não está se fazendo presente no local. Há mais de um ano esses índios não são visitados por nenhuma equipe médica".

Isso aqui não é constatado apenas pelo Idevar Sardinha. Nós Parlamentares que estivemos lá constatamos *in loco*, e isso foi dito por todos os índios que usaram da palavra, que confirmaram que não há presença de médico e de equipe de saúde dentro das áreas indígenas e eles cobram o seguinte: como isso acontece, já que há recurso, como já foi dito aqui, para que isso não aconteça.

Junto com isso quero também reforçar o que disse o Deputado Geraldo Resende, nós temos lá... A FUNASA foi contratada para terceirizar a saúde. Dentro do Município de Campinápolis temos duas entidades. Duas entidades foram contratadas. A Fundação Universidade de Brasília e também a Organização Nossas Tribos que não soube explicar até agora para nós qual é o papel dela dentro da comunidade, já que ela nem vai lá, não está lá, não realiza o trabalho, e está recebendo o recurso, aliás, de duas fontes. Recebe da Secretaria de Assistência da Saúde e também da FUNASA. Gostaríamos de obter essas explicações de Vossa Senhoria para que pudéssemos clarear melhor o nosso relatório.

Para o nosso Secretário de Saúde do Estado de Mato Grosso, Dr. Marcos Machado, gostaria de saber se há alguma coisa relacionada, se a FUNASA já encaminhou alguns documentos relacionados aos outros Distritos, porque são trinta e quatro, como disse aqui o nosso representante do Ministério Público Federal, Dr. Mário Lúcio. Então, gostaria de saber se há informações sobre os outros Distritos...

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - Trinta e quatro no País.

A SRª THELMA DE OLIVEIRA - Trinta e quatro no País, perdão. Mato Grosso, são quatro.

E se há informação sobre esses outros Distritos relacionados aqui em Mato Grosso com relação à questão da saúde, o que existe. Preocupa-nos, porque foi dito lá em Campinápolis desse conflito que existe entre FUNASA e Estado. Eu sei que Vossa Excelência recebeu um documento, porque tenho aqui em mãos, eu não sei se Vossa Excelência vai dispor dele neste momento. Um documento para que Vossas Excelências tenham a idéia de como se sente a FUNASA aqui no Estado, que foi encaminhado a Vossa Excelência, e que diz o seguinte entre outras coisas:

"Assim sendo espero contar com o respeito da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso quanto ao direito constitucional dos povos indígenas a um atendimento diferenciado de acordo com as suas especificidades socioculturais garantidas até o momento pela FUNASA.

Solicito, portanto, que quaisquer ações de saúde nas aldeias indígenas sejam realizadas mediante a prévia avaliação e autorização deste Distrito.

Coloco-me à disposição para dirimir as possíveis dúvidas e contribuir para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde."

Então, essa é uma forma que não está sugerindo aqui, parcerias. Então, eu acho que precisamos estabelecer aqui... Não é uma questão de competência, mas é uma questão de responsabilidade e de compromisso, e não de ser estabelecido o território onde eu atuo ou não, isso aqui é meu ou deixa de ser. Eu acho que isso não cabe dentro daqueles que estão na gestão pública e querem ver, realmente, a situação resolvida.

Por enquanto é só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - Com a palavra, a nobre Deputada Federal Teté Bezerra.

A SRª TETÉ BEZERRA - Gostaria de cumprimentar o Presidente desta Sessão, o Deputado Federal Geraldo Resende; cumprimentar, em nome do Deputado Silval Barbosa, todos os Deputados Estaduais aqui presentes e agradecer a Vossa Excelência pela oportunidade de se realizar esta Audiência Pública aqui na Assembléia Legislativa e também agradecer a toda população presente; cumprimentar os nossos convidados que, com muita precisão colocam a questão da saúde indígena e principalmente das nossas crianças aqui no nosso Estado.

Sr. Presidente, eu acho que essa viagem que realizamos ontem ao Município de Campinápolis foi extremamente importante, porque foi possível a nós, da Comissão Especial, que averigua a questão da mortalidade infantil entre os povos indígenas, vermos a real situação em que se encontram principalmente as crianças do povo Xavante no Município de Campinápolis.

Seria muito importante, inclusive relatado aqui pelo Procurador Mário Lúcio, que tivéssemos a oportunidade de rever também outras situações, ver, visitar outras situações aqui em Mato Grosso, que pelo jeito também prevalece a situação da falta de atendimento de saúde.

Gostaria de, ao iniciar a minha solicitação aos nossos convidados, concordar com o Procurador do Ministério Público Federal de que, efetivamente, o que está havendo aqui no Estado de Mato Grosso, comprovado nessa visita e nesta Audiência, é uma total falta de sintonia entre os entes públicos que são responsáveis pela atuação e pela realização dessas propostas. Quer dizer, falta uma parceria, uma interação entre o município, entre o Estado e entre a FUNASA.

O senhor mesmo relatou que os municípios estavam com recursos há mais de seis meses depositados, sem saber efetivamente qual a sua aplicação.

O Secretário Marcos Machado relacionou, contou a experiência do Município de Rondonópolis que também, pelo jeito, é a mesma situação que se encontrava as Prefeituras de Aripuanã e de Juína.

Então, isso comprova, Procurador, que efetivamente não está havendo essa interação. O nosso Presidente aqui até nos lembrava de que esta Audiência Pública, com certeza, pode ser o grande passo que poderemos dar juntos, a FUNASA, a Secretaria de Estado e os municípios que detêm essas aldeias indígenas, a possibilidade de se iniciar uma interação, um diálogo, para que as políticas públicas cheguem às nossas aldeias.

Eu gostaria de solicitar ao Coordenador Regional da FUNASA, Dr. Jossy, primeiro, um esclarecimento, o Prefeito de Campinápolis, o Sr. Altino, nos relatou que encaminhou à FUNASA a solicitação de convênio parra perfuração de poços artesianos, para construção de *kits* sanitários, para construção de aterro sanitário e de casas de alvenarias nas aldeias daquele município. São todos programas desenvolvidos pela FUNASA que, com certeza, ali também na visita que fizemos foram questões levantadas, sobre a solicitação dessa infra-estrutura, para que

pudessem efetivamente dar uma melhor qualidade àquelas famílias e ele nos disse, posteriormente, após o relato dos indígenas ouvido nas aldeias, que ele havia já encaminhado e que ele gostaria que esta Comissão cobrasse e pedisse uma solução com relação a esses convênios já solicitados.

Com relação à aldeia São Felipe que nós visitamos, nós pudemos contatar a precariedade do posto de atendimento, do posto de saúde daquela aldeia, uma ausência total de estrutura e de possibilidade de atendimento à saúde, inclusive de atendimento humano. Há a real necessidade de se ter uma estruturação melhor naqueles postos de saúde. Não tinha qualquer possibilidade de um médico fazer o atendimento a uma pessoa, fazer qualquer exame, qualquer consulta ali. Gostaria de saber se nas outras aldeias a situação... Se bem que nos foi colocado ali que aquela aldeia que nós visitamos era uma das melhores entre as cento e setenta aldeias indígenas, era uma das melhores estruturadas. Se nós partirmos do princípio de que aquela era a melhor estruturada e estava com o posto de saúde numa situação precária, os senhores imaginam as outras como é que devem estar se encontrando.

A Deputada Thelma de Oliveira já colocou e eu volto aqui a repetir, o senhor mencionou na sua fala as ações irregulares da ONG que administrava as ações da saúde junto ao povo Xavante e que essa ONG havia sido substituída pela Organização Nossas Tribos. Também nos foi informado lá que a Organização Nossas Tribos nada mais é que a mesma ONG que já efetuava os trabalhos lá no Município de Campinápolis, apenas foi trocado o nome da ONG, foi substituída a organização que já prestava trabalho e prestava serviços lá pela Organização Nossa Terra. Inclusive foi corrente entre todos que o serviço prestado por ela, efetivamente, pela ONG anterior, deixou extremos problemas no município, endividamento junto ao comércio local no Município de Nova Xavantina e dificuldades em toda região, e que em função disso as pessoas que estavam nessa ONG terminaram com aquela e criaram outra. Se já existia uma situação irregular com aquela ONG, com aquele nome, eu acredito que as irregularidades vão continuar e os vícios continuam acontecendo, apenas trocando o nome da ONG que hoje presta serviço.

O Deputado Geraldo Resende já colocou a situação dificílima que nós estamos vendo do índice de mortalidade infantil. O chefe Paulo Félix que esteve presente conosco nos disse dos índices de 1999, 2000, 2001, 2002, 2003 e 2004, e todos extremamente elevados, estando entre cento e trinta até oitenta o índice de mortalidade infantil em cada mil crianças nascidas. Então, realmente isso nos deixa preocupadas, porque demonstra a real situação de gravidade que o povo Xavante vem atravessando.

No mais quero agradecer a presença do Dr. José Rubens. Efetivamente, eu acho que ele, dentro da visão da Sociedade Mato-grossense de Pediatria, pôde demonstrar que tem uma preocupação exclusivamente com a criança, com o caráter inadiável da necessidade de se tomar posições e se efetivar políticas públicas ali para se resolver a situação. É necessário reverter essa situação que aí se coloca e, efetivamente, essa situação só poderá ser revertida com uma ação conjunta entre FUNASA e Governo do Estado. E aí volto a solicitar e solicitar inclusive que o Ministério Público Federal possa intervir, ajudar a mediar junto com essas instituições para que possamos ter um direcionamento das ações da saúde pública junto às crianças indígenas. No mais Sr. Presidente, quero agradecer e ouvir do Dr. Jossy as suas ponderações.

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - Antes, porém, eu gostaria de passar para o Deputado Fernando Gabeira.

O SR. FERNANDO GABEIRA - Sr. Presidente, eu queria inicialmente agradecer a hospitalidade da Assembléia Legislativa do Mato Grosso; agradecer a intervenção dos palestrastes aqui, Dr. José Rubens, Dr. Mário Lúcio, Dr. Marcos Machado; agradecer também a presença dos jovens que estão aqui hoje e que não estão assistindo apenas, como o Presidente disse, a uma sessão

conjunta da Câmara dos Deputados e Assembléia Legislativa. Estão assistindo a uma coisa muito feia no Brasil, que é como nós aplicamos uma política de extermínio dos índios. Isso é muito feio, porque nós devemos trabalhar para uma sociedade onde todas as etnias, todas as culturas possam conviver pacificamente.

Nós criamos uma séria de medidas de defesa para dizer que isso não acontece conosco. Quando há um assassinato na Baixada Fluminense as pessoas dizem: "Olha, a gente morre lá porque a cultura da pobreza é essa mesma, são muitos violentos". Fato que há setenta e cinco crimes por cem mil pessoas, é um índice de grande guerra, mas no entanto nós sabemos que há outras causas. Quando matam os homossexuais, dizem: "Muitos homossexuais são prisioneiros das suas paixões, então eles que ser mortos mesmo". Isso acontece entre eles. Quando morrem os índios, dizem: "Não, os índios têm o hábito de se alimentar antes e alimentar somente depois os seus filhos". Então, nós criamos uma camada de silêncio em torno disso, fortalecida também pela grande mídia, que chegou à conclusão de que o tema índio é chato. Então, eles só colocam a questão dos índios quando é um drama muito grande.

Eu gostaria de ter aqui hoje para debater o Presidente Lula e o Ministro da Saúde, para perguntar se eles não têm escrúpulos de trair o seu programa de Governo, se eles não têm escrúpulos de continuar uma política de extermínio dos índios, porque eles são responsáveis por isso, em última análise. Mas o Presidente Lula está em Roma, ou está a caminho de Roma, no avião novo que ele comprou. Ele está agora usando o seu avião plenamente. E o Ministro da Saúde está às voltas com os problemas que ele tem lá e não pode estar aqui conosco hoje para falar olho a olho com quem lutou vinte anos contra eles e se indigna, realmente, com essa traição. Não traição a mim, como pessoa, mas traição aos sonhos da sociedade brasileira, uma sociedade pluralista, uma sociedade que respeita a existência das nações indígenas daqui.

Na verdade, eu gostaria de dizer também que, como é um tema muito complexo, eu procuro destacar só uma questão: a incompetência da FUNASA. Eu tenho destacado essa questão. Acho que há outras. Mas a incompetência da FUNASA ficou muito clara para mim em Mato Grosso do Sul. O dirigente da FUNASA que falou conosco é cínico. Tanto é um cínico que ficou bastante claro no debate na mídia local, porque ele disse o seguinte: "Nós colocamos o sistema de água em 100% das aldeias". E nós estamos voltando da aldeia Guarani Kaiowá sabendo que não havia água lá. E eu disse: Mas o senhor disse que colocou o sistema de água em 100% das aldeias. Ele disse assim: "O sistema eu coloquei, a água é que não tem". Aí eu falei: Mas o senhor acha que nós bebemos sistema ou nós bebemos água?

Agora, também, eu acho que no caso de Mato Grosso do Sul é um problema que aconteceu com o Partido dos Trabalhadores, um problema muito feio, que é de assumir o Governo, tirar todas as pessoas competentes que não eram da sua linha política e colocar seus companheiros que ajudaram na campanha eleitoral. É também um problema da cultura brasileira. Eu não sei se os senhores se lembram daquela música da Gal Costa, que ela canta muito, que diz assim: "É necessário uma viração para o Nestor, que está em grandes dificuldades. Ele é aquele que na escola de samba tocava bumbo, tamborim, ele precisa de um trabalho". Se nós tirarmos essa expressão "aquele que na escola de samba tocava bumbo e tamborim" e colocasse "aquele que na campanha pregava cartaz e distribuía panfletos, ele precisa de uma viração, precisa de um emprego", isso é uma questão cultural brasileira muito clara.

É uma pena porque, naquele caso, ali no Mato Grosso do Sul, tenham tirado pessoas competentes, que nós vimos o anterior dirigente da FUNASA, que era uma pessoa competente e que tinha o domínio da situação, e vimos um cínico que estava ali puro e simplesmente fazendo um jogo ideológico, tentando nos enganar.

Aqui no caso de Mato Grosso, eu também fiquei um pouco preocupado, Sr. Jossy, com algumas questões que foram colocadas. Por exemplo: disseram para nós que o senhor empregou um irmão chamado Manaó Soares Campos; que o senhor empregou uma irmã chamada Inagir do Carmo Soares; que o senhor empregou um irmão chamado Euzébio Soares Santos; que o senhor empregou uma cunhada, como colaboradora, chamada Viviana Paula Amaral; e que o senhor empregou uma cunhada chamada Roselane Santos, também contratada para recursos humanos de Cuiabá. Foi uma denúncia anônima. Nós não sabemos se essas pessoas são realmente suas irmãs ou cunhadas e não sabemos se estão trabalhando, realmente, na FUNASA. Mas se isso acontecer, eu acho que merecia uma explicação, também, porque o seu Partido e o Governo que chegou aí, chegou com uma promessa de combater o nepotismo. E o que nós estamos vendo nessa denúncia, caso ela seja verdadeira, que o caso aqui não é de nepotismo, mas de supernepotismo. Eu não sei se isso é verdadeiro.

Agora, quanto à capacidade de trabalho, é uma questão também muito importante. Suponhamos que a pessoa não tenha exercido o nepotismo, ela tem que mostrar uma capacidade de trabalho, e nós vemos que a FUNASA aqui e em Mato Grosso do Sul não demonstraram a capacidade de trabalho. Elas falharam administrativamente.

Em qualquer lugar do mundo, em qualquer lugar do mundo, se nós estivéssemos diante da morte de crianças como estamos agora, as pessoas, decentemente, pediriam demissão: "Olha, nós erramos, está aqui o meu cargo e vamos reestruturar isso tudo".

Mas o que acontece, no Brasil, não, eles se aferram ao cargo: "Não, isso aconteceu no Governo passado, está tudo muito bem, nós estamos reestruturando, está cada vez melhor". Vocês, inclusive, nos apresentaram dados do primeiro mundo, ontem, de que só morreram oito crianças aqui. Nós estamos chegando à Suécia, saímos de Uganda, estamos a Suécia muito rapidamente, como se, além de viajarmos quilômetros e quilômetros pelo Brasil, como temos viajado, ainda tivéssemos que ouvir histórias da Carochinha, como se tivéssemos nascido ontem, como se a esquina, pela qual vocês passaram, nós já não estivéssemos há anos atrás. Já temos 50 anos de vida pública, e vocês não me enganam.

E digo claramente, Deputada, que o PT não me engana, não me engana nada. Eu conheço o PT desde menino. Nós estivemos juntos na cadeia, estivemos juntos depois, estivemos juntos... Vocês não me enganam! Vocês podem enganar ainda a imprensa chapa oficial, podem enganar as pessoas que acreditam, mas não me enganam. Vocês teriam que ter a decência de demitir a direção da FUNASA, reconhecer que houve um processo de desestruturação administrativa, de incompetência e começar de novo, que seria o caminho através do qual nós poderíamos colaborar, porque é impossível você colaborar com um grupo ou um setor que não reconhece os seus erros.

"Não, nós não erramos, está tudo muito bem, sempre esteve muito bem. Quem errou foi o Governo passado, quem errou foi uma ONG que colocamos ali, quem errou... Lá em Mato Grosso do Sul há uma ONG no caminho."

Pelo contrário, a ONG que há no Mato Grosso do Sul trabalha muito bem, sempre trabalhou muito bem. Mas agora o administrador regional diz que a ONG é culpada pela morte de duas crianças. Quer dizer, é um processo de luta pelo espaço que acaba culpando os outros para se manter naquele espaço. Então, eu acho que isso é uma coisa muito problemática.

Nós estamos a dias de comemorar a data do índio e estamos constatando no Brasil que há uma política de extermínio, e essa política de extermínio, evidentemente, não é uma política de extermínio com homens armados entrando nas aldeias, como os filmes de bangue-bangue que conhecemos. Essa política de extermínio é uma política de subestimação da importância da questão

indígena, de montagem de esquemas políticos eleitorais, às vezes, numa estrutura que deveria ser toda eficaz e uma tentativa de escamotear a verdade que nós vamos, a cada dia, descobrindo.

O Procurador descobriu lá com os Cinta Larga, nós descobrimos com os Guaranis-Caioá, eu já visitei os Yanomami e sei que lá a situação também não é boa, e agora vimos com os Xavante.

É uma situação que deveria ter uma inflexão, parar e começar de novo. E nós estamos dispostos a contribuir com o Governo que queira parar e começar de novo.

Agora, se ele não quer parar para começar de novo, continua insistindo em suas mentiras, a nossa única saída é denunciá-las, denunciá-las até que a população compreenda o engodo a que foi submetida, até que todos compreendam a mentira que vivemos de 2002 até agora. Uma mentira de que íamos mudar o País, e continuamos utilizando os mesmos métodos que utilizavam no passado. Essa é a questão fundamental! Essa mentira acaba se dissolvendo.

O Partido dos Trabalhadores se achava invencível. Achava que a Prefeita de São Paulo poderia fazer o que fez, porque ela seria reeleita. Ela não foi! O Partido dos Trabalhadores achava que poderia escolher a Presidência da Câmara dos Deputados, que ele ganharia, porque o Governo sempre ganhou. O Governo não ganhou! Agora eles acham que podem também continuar no Governo, depois de todas essas mentiras. Vai ser difícil! Apenas alerto que vai ser difícil! Então, essas são as minhas considerações.

Gostaria que essa denúncia anônima que recebemos tivesse uma resposta sua. Se essas pessoas são realmente seus irmãos, cunhados, se eles têm realmente algum vínculo com a FUNASA... Evidentemente que isso é fácil de constatar, tanto uma resposta positiva ou negativa de facílima constatação.

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - Com a palavra, a Deputada Thaís Barbosa.

A SRª THAÍS BARBOSA - Bom-dia a todos.

Nosso Presidente da Comissão, Deputado Geraldo Resende, a quem eu devo o agradecimento por fazer desta Comissão, que muito me interessava; nosso Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Silval Barbosa, em nome de quem eu cumprimento todos os Deputados aqui presentes. Cumprimento aqui a sociedade que se faz presente, aos alunos das escolas que, como disse o nosso Deputado, infelizmente estão vendo uma parte negra da nossa história em Mato Grosso...

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - Uma parte triste.

A SRª THAÍS BARBOSA - Uma parte triste.

E cumprimento e agradeço as pessoas que foram convocadas pela Comissão que aqui estiveram presentes, lamentando a ausência de algum representante do INCRA.

Estou Deputada Federal por um curto período, mas durante esse período tenho trabalho e tentado colaborar em tudo a favor do meu Estado.

Represento, de uma maneira especial, o médio-norte de Mato Grosso, de onde fui prefeita do Município de Tangará da Serra, de onde mais de 50% do meu município são áreas de reserva indígena. Então, eu tenho muita preocupação com isso. E também porque fui criada em Dourados, no Mato Grosso do Sul, onde o meu pai foi o primeiro médico a atender aquela Missão Kaiowá que ali está desde o ano de 1927. E devido ao colega Deputado Geraldo Resende, por ser douradense, como eu também sou douradense de coração, pois fui criada ali, eu consegui pertencer a essa Comissão.

Estivemos lá naquela região, onde me entristeceu muito ver os problemas ali existentes, mas uma coisa ficou bem esclarecida: a ONG que ali está e os hospitais que estão

fazendo o tratamento das crianças estão fazendo um tratamento digno. E, realmente, se existem as mortes é que, quando as crianças chegam ali, estão tão debilitadas que, às vezes, não tem condições de viver 24 horas com o tratamento. E é o que vimos ao contrário em Campinápolis.

Em Dourados, por exemplo, nós já fomos à FUNASA pedir, emergencialmente, que colocasse água potável em toda aldeia, porque lá já é um bairro de Dourados, está a três quilômetros do centro da cidade, já é uma favela indígena e com graves problemas de saúde, de AIDS, de DST... Realmente, depois disso, eu já vi no jornal um córrego que ali passa. Foi feito um levantamento de que em 100ml de água existem 100 milhões de coliformes fecais. E essa é a água com que eles estão tomando tereré. É a água com que eles estão lavando roupa. É a água com que eles estão tomando banho, porque a FUNASA ainda não levou isso. Parece-me que passou o recurso para a Prefeitura, e a Prefeitura não teve capacidade de prestar o serviço. A FUNASA agora nos respondeu que irá ela mesma contratar a empresa e que, nesses seis meses, estará levando água tratada, que é o principal fator, não só da desnutrição, mas das doenças que ali se ocasionam.

Nós vimos em Campinápolis também os mesmos problemas de falta de água tratada nas aldeias. Ali em Dourados, em 3.500 hectares, nós temos 11.000 índios habitando. Já é diferente da situação de Campinápolis, porque lá existem 252.000 hectares para um número - se não me engano - de 76 aldeias, sendo que há aldeias somente com duas famílias, mas todas as aldeias também precisam de água tratada.

Nós vimos, ali naquela aldeia de São Felipe que nós visitamos, que existe caixa d'água, poço artesiano com funcionamento solar. E eles dizem que na época das águas a bomba não tem força para levar a água à caixa. Agora, nós que conhecemos esse sistema solar, acreditamos que, inclusive, ele seja mal dimensionado, porque aqui no centro-oeste não existe escuridão nem na época da chuva e o sistema solar, com qualquer claridade, funciona. Eu acredito que pode haver um levantamento melhor de engenharia através da FUNASA, para que faça essa modificação.

Nós vimos ali que lá há uma diferenciação, como disse o representante, se não me engano, da FUNASA, que as condições são subumanas nos hospitais de Campinápolis para atender as crianças. Então, ali existe um problema muito sério.

Agora, as aldeias mais distantes do município reclamam a falta de estrada para locomoção das crianças doentes. Mas, as aldeias mais distantes têm mais saúde, porque lá eles são melhores alimentados, porque lá eles plantam até pela distância dos chefes de família virem a cidade, onde o alcoolismo é um problema muito sério.

Lá eu fiz uma pergunta que também fiz no Sul. Já foi comprovada. A Comissão vai encaminhar para a Polícia Federal fazer essa investigação, porque há comerciantes que seguram os cartões dos índios que são aposentados, com suas senhas e eles mesmos sacam o dinheiro. Então, os índios sempre estão devedores a esses comerciantes, vendendo produtos de quinta qualidade. E com isso o índio não está recebendo, realmente, a aposentadoria que lhe é devida.

Eu faria aqui um questionamento para a FUNASA, com relação às principais causas de mortalidade de 2001 a 2004: observa-se que a desnutrição seria a segunda causa mais freqüente. Como se explica o decréscimo informado em taxa de mortalidade infantil? Saliento que os próprios dados da FUNASA indicam que a taxa da mortalidade infantil aumentou de 66,3 por mil nascidos vivos, em 2003, para 76,64 por mil, em 2004.

Outro questionamento sobre o manejo dos casos de desnutrição: por que as crianças com desnutrição não são atendidas nas próprias aldeias a fim de facilitar o manejo dos casos menos graves, impedindo que crianças em risco nutricional passem ao estado de desnutrição moderada ao grave?

Qual a situação das equipes de atenção a saúde indígena, no final de 2004 e atualmente? Houve reforço das equipes nesse período? E para o futuro, mais reforços serão realizados? Quantas equipes de saúde completas, realmente, existem em Campinápolis? São esses os meus questionamentos.

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - Muito obrigado, Deputada Thaís Barbosa...

A Srª Teté Bezerra - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - Com a palavra, pela Ordem, a ilustre Deputada Teté Bezerra.

A SRª TETÉ BEZERRA - Só para mencionar, eu acabei omitindo na minha fala, a minha indignação pela ausência aqui da FUNAI. Eu acho que a FUNAI deveria, desde o início, estar acompanhando conosco essa situação desse acompanhamento que esta Comissão tem feito.

Então, registrar que não esteve presente em Campinápolis e não está presente aqui em Cuiabá. Isso entristece todos nós Parlamentares, e acredito também que as instituições envolvidas extremamente preocupadas, porque a FUNAI deveria estar em conjunto conosco aqui acompanhando a situação das nossas aldeias.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - Eu também gostaria de manifestar o meu inconformismo também com a ausência da FUNAI. Dizer que isso vai constar no relatório. Tendo em vista que há uma questão que muitas vezes - e entendo, porque também na Comissão deve estar passando pela cabeça dos Deputados - é que a FUNAI no Mato Grosso do Sul tem dito que um dos grandes problemas lá é a questão da exigüidade de terras. Lógico que nós temos aldeia em Dourados, a dos Guarani-Kaiowá, e que junto com os Terena e os Bororo é uma aldeia com uma pequena extensão de terra, mas com contingente populacional imenso. Porém, ontem, ao visitar as aldeias do Estado e também ao ter uma conversa com vários interlocutores aqui - as aldeias tem uma extensão de área e áreas muito boas, com terra de primeira qualidade - nós também vimos que a FUNAI tem pecado no sentido de poder inclusive trabalhar com a questão da população indígena, já que a caça e a pesca que faziam no passado, hoje já não têm mais o espaço da própria sobrevivência para eles. Mas nós vimos que, de fato, precisamos construir políticas alternativas de poder ajudar a população indígena a fazer a sua luta pela sua própria subsistência e para evitar o problema do assistencialismo que muitas vezes leva as pessoas a ficarem dependentes dos organismos oficiais e, muitas vezes, essa dependência tem, inclusive, influenciado nesses processos eleitorais principalmente lá no Mato Grosso do Sul. Isso é bastante patente, quando vemos claramente, quando há disputas eleitorais em determinadas cidades, quando a população, de modo geral, tanto a população urbana como a população da área rural é equilibrada na disputa eleitoral, mas quando chega na reserva indígena o contingente eleitoral chega a noventa e sete a três por cento, quando a disputa é equilibrada no momento... Então, nós estamos questionando essa situação e isso muitas vezes é fruto dessa política muito assistencialista que não tem dado opção de os próprios índios construírem seus próprios caminhos.

Eu vou passar aos convidados para eles poderem responder os questionamentos dos Deputados Federais e dizer que depois nós vamos passar aos inscritos, aos Deputados Estaduais.

O Sr. Zeca D'Ávila - Sr. Presidente, eu queria só pedir, pela Ordem, porque eu tenho uma audiência marcada agora. Se o senhor me permitir, eu vou ser bem rápido nas minhas colocações, se o protocolo se Vossa Excelência me permitir...

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - Eu vou submeter aos Deputados... Então, nós vamos abrir uma exceção. Eu acho o seguinte... Eu gostaria até de ter a

compreensão dos convidados. Abrimos a palavra para os quatro Deputados, Deputado Zeca, nós abrimos na ordem de inscrição e aí eu peço também aos Deputados Estaduais, porque tem o Deputado Humberto Bosaipo, Deputado Silval Barbosa e a Deputada Verinha Araújo que estão inscritos... Se eles permitirem que o senhor fale na frente, depois também ouviremos os outros três Deputados, só que num tempo mais conciso. Eu fui muito generoso com os Deputados Federais. Nós só temos três minutos, mas deixei que todos, inclusive eu extrapolei, mas se pudermos fazer em três minutos para dar oportunidade para os outros convidados...

O SR. ZECA D'ÁVILA - Eu garanto a Vossa Excelência que serei mais breve. Primeiramente eu quero parabenizar Vossa Excelência e todos os Deputados pela audiência. Quero aqui parabenizar o Deputado Fernando Gabeira - eu o conhecia pela televisão, por jornal, por rádio e não pessoalmente - pela sua fala, pela sua coragem, pelo seu brilhantismo de colocação. Parabéns.

Rapidamente, eu vou usar duas palavras para que todos saibam, isso a grande maioria, eu ainda não estou porque sou novo, mas estamos todos carecas de saber que é farta a falta da FUNAI. Em todo lugar ela se omite, não aparece e, quando aparece, complica. Às vezes é melhor não aparecer. É complicado. Esse povo é irresponsável dos pés à cabeça.

Quanto à FUNASA, eu acho que não vou falar nada, porque o já perguntaram e já falaram tudo que eu queria falar.

Agora, para mim, o mais interessante de tudo e também é uma farta falta de respeito com os nossos irmãos índios. Eu sou da tese de que nós precisamos, não curar a morte do índio, nós precisamos evitar a morte do índio, fazendo com que tenha a condição necessária, e eu dizia à Deputada Teté Bezerra, de trabalhar, de produzir o seu alimento com condição adequada e legal, para que tenhamos um custo mais barato para um país pobre como o nosso, e que esses índios não morram mais, porque isso é uma vergonha. Eu digo somente nacional, porque internacionalmente eu não me preocupo, porque lá já mataram todos os seus índios. E quando eles falam, eles falam somente de nós. Dos índios deles, eles querem que isso fique muito quieto.

Para terminar, eu quero dizer da farta falta de respeito do Poder Público com os índios do Brasil. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - Muito obrigado, Deputado. Vossa Excelência foi, também, pontual. Meus agradecimentos.

Com a palavra, o Deputado Humberto Bosaipo, que dispõe de três minutos.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Deputado Geraldo Resende, em seu nome cumprimento toda a Mesa e as autoridades aqui presentes.

Vamos ganhar tempo, porque eu já tive a oportunidade de fazer um relato aos Deputados com relação a nossa viagem. A Deputada Verinha Araújo e eu, membros da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social desta Casa, acompanhamos a Comissão Externa da Câmara Federal para ajudá-la nessa difícil missão.

Eu já quero fazer uma proposta a Vossa Excelência, Deputado Geraldo Resende: que a Comissão, antes de encerrar o relatório, visite a aldeia Karajá, a aldeia Santa Isabel, em Luciara, para conhecer a dura realidade dos índios Karajá do meu Estado, que a Deputada Teté Bezerra conhece muito bem. É uma das situações mais graves que nós temos hoje no Estado, a dos índios Karajá.

Eu quero dizer o que nós detectamos lá, em rápidas palavras. E eu tenho muito contato com os índios, porque sou representante político da região. Primeiro, o alcoolismo de uma forma violenta na comunidade. Eu chamo a atenção do Ministério Público Estadual e Federal para atuarem na convocação, inclusive dos comerciantes que vendem bebida alcoólica para os índios, porque lá em Campinápolis tem uma lei municipal proibindo esta venda, além da lei maior, da lei

federal. Outro problema dos mais graves que tem lá com os índios é o problema da droga. Está alastrada a droga no meio dos índios Xavante na região que nós visitamos, ontem, lá em Campinápolis. São dois problemas seriíssimos.

Eu quero aqui falar com o representante do Ministério Público Federal. Vossa Excelência deixou-nos aqui a certeza de que vai agir. É preciso agir, é preciso chamar à responsabilidade, não permitir a venda de bebida alcoólica, que está ocorrendo na cidade.

O problema da gravidez precoce não foi falado aqui, mas há problema de crianças de 12, 13 anos que já estão com gravidez precoce lá nas aldeias.

A falta de higiene nas aldeias... Eu gostaria que passassem rapidamente as imagens que nós queremos mostrar para todos vocês, através da TV Assembléia, canal 36. Aí estão as imagens. Essas imagens são do dia que visitamos a aldeia São Felipe, lá em Campinápolis. É uma das melhores aldeias, porque é até bem estruturada, mas quero também chamar a atenção, Deputado...(O MICROFONE É DESLIGADO.)

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - Concedo mais um minuto a Vossa Excelência.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Gostaria de chamar a atenção para a questão ambiental. Vossa Excelência pôde observar lá que nós passamos em cima de duas pontes e o desmatamento que há de fazendeiros, inclusive a lagoa que abastece os índios está secando. Eles pedem implementação de uma agricultura de subsistência, plantio da seringa, plantio de eucaliptos e também o grave problema das ONGs.

Sobre a FUNASA, eu quero até tirar a responsabilidade do Jossy que não tem nenhum poder, praticamente, de mando aqui. Ele praticamente obedece à ordem de Brasília. Essa FUNASA é desestruturada, não serve para atender as comunidades indígenas, é um problema muito grave na região.

E a FUNAI? A FUNAI é tudo isso que vocês viram aí. Ela não participa, não dá bola, não quer saber e não dá bola para nós.

Como Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social, eu vou continuar esse trabalho aqui na Casa, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - Obrigado, Deputado Humberto Bosaipo.

Com a palavra, o Deputado Silval Barbosa, Presidente da Assembléia Legislativa de Mato Grosso.

O SR. SILVAL BARBOSA - Obrigado, Sr. Presidente Geraldo Resende, em seu nome cumprimento os demais Parlamentares. Parabéns pela iniciativa da Comissão.

Sr. Presidente, farei uma fala mais na relação prática.

Eu fui prefeito, de 1993 a 1996, do Município chamado Matupá e ali e nos municípios vizinhos têm várias etnias, várias aldeias naquela região, os Caiapó, Panará e outros.

Em 1995, houve a inauguração de um hotel ecológico no rio Xingu, muito bonito, convidaram todos os prefeitos da região, do norte e do Araguaia. Nessa inauguração, se descia de barco pelo rio Xingu uns 40 minutos. Compareceu ministro, se não estou enganado o Ministro Nelson Jobim, e várias outras autoridades. E se reuniram todos os caciques regionais. Uma festa! Uma festa!

Houve a inauguração e o Ministro e as autoridades quiseram ouvir as reivindicações para estruturar ali. Reuniram todos os índios, mas o Raoni encaminhava, e saiu a reivindicação, em nome das comunidades indígenas. Ele falou na língua deles, havia um tradutor:

"Queremos comida e remédio". Esse foi o pedido único - único pedido - comida e remédio. Não teve outro pedido.

E ali vemos, desde aquele tempo, que não há nada diferente.

Hoje há uma preocupação da relação do índio com o branco. Ora, têm as aldeias mais distantes. Lá no norte é assim. Hoje nós temos 12 mil hectares de reserva indígena com uma população de vinte e seis mil e pouco habitantes aqui no Estado de Mato Grosso, 51 ou 57 aldeias, etnias.

Ora, não têm contato naquelas aldeias distantes, mas têm os aviões que levam toda a população indígena para a cidade.

Os índios convivem diretamente com o branco na cidade. Ele tem sua conta bancária, ele se movimenta, ele convive e tem tudo isso. E as aldeias mais próximas onde tem acesso, como de Campinápolis, de São José do Xingu e outras, os índios transitam normalmente na cidade... (NESTE MOMENTO, O MICROFONE É DESLIGADO.)

Gostaria de um tempo maior para fazer essa relação.

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - Pois não, Deputado.

O SR. SILVAL BARBOSA - Agora, o que temos que entender é que, se quisermos resolver, é só dar competência para o Estado. O que não pode acontecer, é inadmissível, o depoimento igual ao que o Dr. Marcos falou aqui, que ele foi fazer o exame de HIV lá e foi proibido de entrar na aldeia.

Ora, o Estado, hoje, o Governador, tem tentado infiltrar. Ele já deu transporte de barco, melhor locomoção para os índios, tem feito de tudo, mas é limitado. Essa tal FUNAI...

Olha, os índios... A turma fala que tem que preservar a sua cultura. Não, eu também concordo que temos que preservar. Agora, temos que fazer a nossa parte, enquanto representante público. Ajudar a mantê-los e dar as condições necessárias para a vida humana, pelo menos. Ter ali comida, ter remédio, assistência médica, e não fazer esse engano que muitas *ongs* fazem. Pegam o dinheiro e desviam a atividade.

Ora, se dermos responsabilidade, autonomia para o Estado...

Ontem, o Deputado Humberto Bosaipo aqui propôs construir casa do FETHAB lá dentro das aldeias dos índios. Por que não? A pedido dos índios. Por que não dar uma residência decente para eles com água, lá dentro da aldeia? Fazer com que eles produzam? Nós temos doze milhões de hectares, e falar que índio está morrendo de fome? Isso é uma vergonha para nós! Eu me envergonho enquanto representante público! E estamos com as mãos engessadas.

Então, agora eu deixo aqui um encaminhamento para a Comissão, aos índios que desenharam as casas do FETHAB. E o Governo, eu garanto aqui para vocês, se tivesse autonomia, construiria para vocês.

Faço esse encaminhamento. Vamos ver se tiramos essa barreira da burocracia lá em Brasília, Sr Presidente, e dar autonomia para fazermos alguma coisa. Pelo menos para, dentro desses doze milhões de hectares, termos como mandar uma assistente social lá e os ensinar a plantar uma horta, plantar arroz, feijão, ter um pomar. Dar uma vida digna para manter realmente os nossos índios.

Eu tenho muito mais coisas para falar, porque convivo na aldeia e conheço. Porque tem muitos representantes que não conhecem a aldeia e se dizem representantes dos índios em Mato Grosso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - Vossa Excelência poderá encaminhar as sugestões, que serão bem-vindas na Comissão e, inclusive, vão constar, todas as sugestões que chegarem a nós, no relatório final.

O SR. SILVAL BARBOSA - Nós vamos produzir um relatório da instituição, aqui encaminhado pelo Deputado Humberto Bosaipo e a Deputada Verinha Araújo, que estão representando todos os Deputados, e vamos encaminhar para a Comissão a título de colaboração.

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - Desde já o nosso agradecimento, porque vai colaborar sobremaneira para podermos apresentar o melhor relatório e para podermos cobrar soluções que poderão ser apontadas no relatório.

Eu estou preocupado - e gostaria de colocar - porque temos um limite, e alguns dos Deputados têm outros compromissos em Brasília e havíamos marcado o nosso tempo para terminar às 12:00 horas.

Gostaria que a Deputada Verinha Araújo e o Deputado Nataniel de Jesus pudessem ser bastante rigorosos com o horário. E, depois, nós vamos oportunizar sos nossos convidados, pelos vários questionamentos que houve, para que eles possam nos ajudar. A seguir, se houver tempo, abriremos outra rodada para os Deputados. Parece-me que o Deputado Carlos Brito também quer fazer intervenção, e os outros Deputados poderão fazer.

Com a palavra, a nobre Deputada Verinha Araújo.

A SRª VERINHA ARAÚJO - Sr. Presidente, Deputado Geraldo Resende, eu quero, em seu nome, cumprimentar toda a Comissão, os Deputados, autoridades, cidadãos e cidadãs que estão aqui nesta manhã.

Quando eu recebi uma solicitação, inclusive, um comunicado dessa Comissão, de que estaria indo à aldeia Xavante, lá na região de Campinápolis, imediatamente, solicitei a minha inclusão nessa comitiva, como Deputada Estadual, para acompanhar de perto o problema.

Lá onde estive com o Deputado Humberto Bosaipo, fomos à aldeia e eu quero aqui dizer a primeira frase que ouvimos do Cacique Saturnino, acerca das crianças indígenas mortas: "Está trazendo benefícios? Querem ajudar? Vão cumprir?". E ele disse isso porque diversas vezes autoridades estiveram naquela comunidade para visitar *in loco*, para ouvi-los e para dizer que estavam buscando as soluções.

Eu quero dizer aos senhores que não eximo da responsabilidade que o Presidente Lula tem com este país, e quero falar aqui em nome da Liderança do PT nesta Casa. Aquelas ocas foram colocadas lá de dois anos para cá? A água, que está tendo problema, ela é de dois anos para cá? A falta de assistência é de dois anos para cá? Ou seja, tudo que constatamos ali é toda uma continuidade, é uma conseqüência, infelizmente, da falta de assistência às comunidades indígenas de anos. Eu não vou nem dizer a história, todo mundo sabe, eu não vou ficar aqui desculpando.

Então, não vamos fazer apenas que o Governo Lula seja responsabilizado. Aqui tem toda uma cúpula de anos de exclusão das comunidades indígenas. Eu quero dizer aqui, inclusive, que deveria estar aqui hoje, não o superintendente estadual da FUNASA, mas o nacional, para ouvir os relatos que estão sendo colocados aqui. Eu espero que ele saiba, hoje, o que está acontecendo em Mato Grosso.

Eu quero dizer, inclusive, que se falta parceria entre município, Estado e União, que é o que nós constatamos aqui, vamos buscar para que isso seja resolvido o mais rápido possível. Isso cabe a nós resolvermos, porque isso não acontece só na saúde indígena não, mas para todas as políticas públicas. Às vezes, você vê atuação diferenciada de todos os entes, e o recurso, infelizmente, não chega até onde tem que chegar.

Para concluir, todas as constatações que observei, já foram aqui relatadas. Não vou repeti-las, mas quero dizer que na minha percepção de ontem, falta trabalharmos a questão que eles, os próprios índios...(O MICROFONE É DESLIGADO).

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - Concedo mais um minuto a Vossa Excelência.

A SRª VERINHA ARAÚJO - Falta lhes essa subsistência, eles buscarem a sua subsistência, aí precisa dar o apoio. Ao invés de ficar levando sacolão, vem gente de fora. Nós respeitamos aquilo que é deles. Isso é que nós precisamos buscar, porque a aldeia está cercada de fazenda de boi, de plantação de soja, está poluindo o rio, está trazendo doença para as crianças do agrotóxico.

Eu vou dizer aqui, Deputado Federal Fernando Gabeira, quem sou eu para dizer ao senhor se o PT está enganando alguém? Se enganou o senhor, não engana mais. Dizer ao senhor que sou do PT desde 87, e acredito nesse partido, acredito no Governo Lula. Então, eu quero dizer ao Senhor, que se o senhor já perdeu a esperança, eu não sei em quem mais o senhor tem esperança, mas eu ainda tenho e vou exercer o meu mandato durante os quatro anos, para buscar que sejam cumpridas todas as promessas de campanha.

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - Muito obrigado, Deputada Verinha Araújo.

Com a palavra, o nobre Deputado Nataniel de Jesus, logo depois vamos passar a palavra aos nossos convidados para que eles possam responder os vários questionamentos já feitos.

O SR. NATANIEL DE JESUS - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero cumprimentar aqui a pessoa do Deputado Fernando Gabeira, essa liderança nacional.

Como o senhor já citou uma canção da Gal, vamos citar também uma canção da Baby Consuelo que diz: "todo dia era dia de índio..." Hoje, só é dia de índio quando acontece na mídia quando morre um índio, quando morre uma criança... Aí há um movimento nacional, um movimento estadual para proteger o índio. Criou-se o Estatuto do Índio somente para excluir o índio, não para integrar o índio, mas para excluir. Tem o Estatuto do Negro, por exemplo, e existem lá as vagas numa universidade para negros. Eu pergunto: existem vagas para o índio? Índio pode estudar? Índio pode se formar em medicina? Índio pode ser um professor? Índio pode ser engenheiro agrônomo? Pode! Existe vaga para ele estudar?

Olha, eu quero lembrar que esta audiência pública pode estar sendo vista agora por um índio. Eu recebi um índio, na semana passada, no meu gabinete, que disse para mim: "índio não gosta branco". Eu perguntei: por quê? "Porque branco não gosta índio". Essa é a verdade, porque o Estatuto que está aí é só para excluir de uma responsabilidade do Governo federal. A responsabilidade é do Governo federal e hoje o Governo federal é o Lula. Ele é o cacique branco, ele que tem que tomar uma atitude, ele que tem que resolver esses problemas, nós só podemos ficar aqui esperneando.

O meu tempo já está acabando e eu quero dedicar o meu um minuto para os demais companheiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - Eu vou passar a palavra primeiro aos convidados. Gostaria de saber se vocês têm uma participação aí, quem gostaria de falar primeiro.

O SR. MARCOS HENRIQUE MACHADO - Deputado Geraldo Resende, eu percebo que o que me cabe...

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - Olhem, são 11:25 horas. Eu gostaria que respondessem os questionamentos em cinco minutos.

O SR. MARCOS HENRIQUE MACHADO - Nem isso...

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - O senhor gostaria de ter mais tempo?

O SR. JOSSY SOARES SANTOS DA SILVA - Mais tempo.

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - Então, vamos falar o seguinte: o pessoal fala o tempo necessário, mas olhando o relógio para terminarmos...

O SR. MARCOS HENRIQUE MACHADO - Deputado Geraldo Resende, eu acredito que a indagação de Vossa Excelência, a indagação da Deputada Thelma de Oliveira e a da Deputada Teté Bezerra convergem-se numa questão. Vossa Excelência usou a expressão de choque, se haveria um choque entre a Secretaria e a FUNASA; a Deputada Thelma de Oliveira usou a expressão de conflito; e a Deputada Teté Bezerra, sintonia. São as expressões centrais em cada indagação que convergiriam na nossa relação. Não há! Eu concordo com o Deputado Humberto Bosaipo: o coordenador é do bem, o que ele não tem é poder. Absolutamente, eu digo a ele, quando ele vem com relação de medicamento: rapaz você tem que trazer o dinheiro para eu comprar, não a relação do medicamento. Quando ele colocou a necessidade de contratarmos médicos, eu falei: cadê o convênio para que eu faça o teste seletivo e contrate os médicos, ou possa fazer uma complementação para que eles atuem, se diligenciem? Quando os índios procuram veículos para que eles possam... Mandam para mim, mas a obrigação não me cabe!

Então, eu quero dizer que não há conflito Deputado, que não há problema nenhum que o nosso Superintendente Sardinha ele colocou ai um relatório incisivo, questionando a relação com a FUNASA da parte da saúde não existe. O que existe é a falta de objetividade, a falta de poder do regional e, sobretudo falta de definição dos focos que nós temos que atacar.

Eu não vou trazer aqui discussão jurídica, mas...

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - Só um questionamento, o senhor recebeu no dia 17 de setembro de 2004 do Sr. Eberte Tárciso de Almeida, chefe do Departamento de Saúde Especial Indígena de Cuiabá, uma correspondência que também...

O SR. MARCOS HENRIQUE MACHADO - Eu vou falar sobre ela depois.

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - Para resumir ele está dizendo o seguinte: "não interfira nas aldeias, aldeias sou eu, somos nós..."

O SR. MARCOS HENRIQUE MACHADO - Mas Vossa Excelência está se referindo ao Coordenador que é superior ao... Esse fato eu relatei na minha apresentação. Eu recebi a notificação para não agir. Isso é um problema. Eu não quero trazer discussão jurídica aqui dentro, mas eu sei das obrigações do Estado e a legislação fala em atuação complementar, e não se inicia uma atuação principal para que eu possa complementar. O que está acontecendo é uma inércia, uma falta de precisão que o Estado não sabe para onde chegar. O senhor bem conhece Mato Grosso do Sul eu queria lembrar o senhor ou pelo menos ressaltar a importância de entender o Estado de Mato Grosso. Extensão territorial imensa, distâncias quase sempre por estradas não pavimentadas, o número de etnias muito maior - a maior do Brasil -, uma geografia que dificulta inclusive o incentivo a motivação dos funcionários de saúde de estarem no local, A dificuldade de formar equipes para que viajemos para o interior, longa distancia... Não é só isso, é o tempo e o acesso. È uma situação de total falta de infra-estrutura. Eu convidei o Dr. Mário Lúcio, e ele já vai comigo para Colíder no sábado. No domingo, dia 24, nós estaremos em Água Boa com certeza. E eu ressalto aqui a importância de nós começarmos a afastar todos esses laços burocráticos e, efetivamente, identificarmos o que é possível fazer. Agora, se a Comissão efetivamente puder - e eu acho que essa é a importância - mostrar ao Presidente da FUNASA, sobretudo ao Diretor, ao Ministro da Saúde, o seguinte: dêem poderes para o representante, ou que o representante saia de Brasília e se sente com o Estado, com os Municípios, e escreva aquilo que se chama convênio. Porque essa questão de ficar

mandando obrigação, não identificando efetivamente as contas e o objeto do recurso, como aconteceu nos Municípios - não é o caso dos Estados -, efetivamente, nós estaremos em uma situação praticamente de indefinição, de inércia, de falta de resolutividade.

Para concluir, eu quero dizer que nós estamos à disposição e, sobretudo, aguardando, apenas e tão somente, definições dos recursos. Porque, como bem disse o Deputado Silval Barbosa, se nós tivéssemos, o Estado de Mato Grosso, condições de estar recebendo, eu tenho certeza, e chamo para minha responsabilidade, de que melhor distribuiríamos esse recurso e com condições de prestar contas para o controle social.

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - Muito obrigado, Secretário.

Passo a palavra ao Dr. Jossy Soares Santos da Silva, para responder aos questionamentos.

O SR. JOSSY SOARES SANTOS DA SILVA - Sr. Presidente, eu vou tentar fazer um milagre aqui e responder em tão pouco tempo.

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - Nós vamos lhe dar o tempo que for necessário.

O SR. JOSSY SOARES SANTOS DA SILVA - A título de informação, eu quero dizer que há sete meses eu estou à frente da Coordenação de Mato Grosso. Exatamente há sete meses assumi a Coordenação.

Eu entendo que a situação dos povos indígenas no Brasil vai além do contexto da saúde e que depende da participação dos Poderes Púbicos constituídos, da sociedade civil organizada, do agronegócio, principalmente no Estado de Mato Grosso, onde vemos as populações indígenas verem ser circunscritas as suas áreas, onde nós temos uma terra indígena Xingu em que a cabeceira do rio está fora da reserva e todo tipo de contaminação, de agrotóxicos e de outros elementos têm influído, sim, na saúde das populações indígenas. E nós temos, para nos alarmar, o aumento do índice de câncer nos povos indígenas de Mato Grosso, coisa que não tínhamos no passado. Eu ainda não tenho como dizer, cientificamente, se isso provém do uso descontrolado do agrotóxico, se isso provém de uma falta de controle mais efetivo das estações das fronteiras agrícolas.

É claro que nós não podemos pegar quinhentos anos de massacre, de ocupação e de discriminação que as populações indígenas têm sofrido e colocar tudo debitando na conta do Presidente Lula. É uma construção de quinhentos anos de ocupação deste país. E quando me referi ao Governo anterior, eu não quis colocar a culpa nele, porque seria leviano da minha parte, também, Deputada Thelma de Oliveira. Então, eu quis dizer que o problema já está acontecendo há cerca de quinhentos anos. Eu não quis debitar conta no Governo anterior.

Mas eu quero, antes de responder efetivamente os pontos aqui, de pedir o empenho desta Casa, porque é a primeira vez que acontece uma audiência desse tipo, sendo o Estado de Mato Grosso um Estado tão importante para os povos indígenas, que tem uma das maiores populações indígenas do Brasil, nós temos a provocação e a boa iniciativa do nosso Presidente Geraldo Resende para que estejamos discutindo essas questões aqui.

Eu acho que tem que ser chamado à responsabilidade do Poder Público constituído para discutir a conjuntura, porque vai ... Os senhores colocaram muito bem que não é só questão de saúde, é questão de alimentação, é questão de choque cultural. O Deputado Humberto Bosaipo colocou a questão da droga invadindo as aldeias. Nós precisamos de uma reformulação na nossa legislação indígena. Nós precisamos definir o conceito de responsabilidade do índio. Nós precisamos repensar todo contexto da política indígena neste país. Eu creio que nós não podemos colocar isso apenas num setor, todos são responsáveis, porque o Estado de Mato Grosso, todo

mundo sabe, é um dos campeões na macrogrilagem de terras e na expansão de fronteiras sem critérios, e isso tem, sim, prejudicado a continuidade e a sobrevivência das populações indígenas neste Estado.

O caso é de desnutrição, o caso é de fome. Fome é problema socioeconômico, sociocultural. Quando a fome gera desnutrição, cria-se um caso de saúde.

Eu não posso, aqui, jogar culpa em ninguém. A FUNASA não veio aqui para se eximir das suas responsabilidades. Nós falhamos. Há falhas pontuais, mas nós estamos querendo acertar. Agora, eu sinto a falta, principalmente do órgão tutor, como Vossas Excelências colocaram, das questões indígenas e alguns pontos aqui não posso falar porque a responsabilidade, do ponto de vista antropológico, cultural, socioeconômico e do desenvolvimento sustentado das populações indígenas, não é responsabilidade da FUNASA.

Nós trabalhamos com a questão de saúde de assistência. Nós precisamos do órgão tutor, o órgão constitucionalmente tutor do índio no Brasil.

Nós precisamos aqui - é uma pena não termos o Superintendente das Políticas Indígenas do Estado de Mato Grosso - e eu quero iniciar dizendo que não há qualquer choque com a Secretaria de Estado de Saúde, o Secretário tem sido parceiro. Nós estabelecemos um diálogo. Agora falta, nesse curto espaço de sete meses, pontuarmos para definir as ações e que ações complementares são essas.

Eu quero esclarecer que o tão famoso relatório, entregue pela Superintendência de Políticas Indigenistas do Estado, foi entregue na Fundação Nacional de Saúde no dia 30 de março deste ano, quando o problema já estava na mídia. O programa foi ao ar exatamente no domingo, na TV Globo, no *Fantástico*, cerca de três dias antes de esse documento chegar à FUNASA. Nada novo foi acrescentado.

Na época eu disse que não precisávamos de pessoas para apontar problemas, mas de parceiros para apresentar e propor soluções, e a Secretaria Estadual de Saúde é o canal competente, o canal legal para definirmos essas ações complementares.

O que havia aqui era, entre aspas, uma espécie de ingerência, porque se construiu postos de saúde, não a Secretaria, mas outro órgão do Estado, dentro das aldeias indígenas, sem a anuência da FUNAI, sem a anuência da FUNASA, e depois chama-se a FUNASA para assumir um posto de saúde para colocarmos médicos e equipes.

Eu queria detalhar esse ponto, porque na terra indígena Sangradouro tem duas etnias, a etnia Bororo e a etnia Xavante. Ambas eram atendidas no posto cedido pela Missão Salesiana, a estrutura física, e a FUNASA mantém uma equipe. Vai a Superintendência do Estado, constrói um posto, sem a anuência do órgão tutor ou da FUNASA, dentro da área Xavante e constrange a FUNASA, através do Conselho local, a tirar sua equipe do Salesiano e colocar no posto, prejudicando o povo Bororo, que não entra na área Xavante... O que fazíamos antes com uma equipe em território neutro e atendíamos duas etnias, hoje estamos com o problema de orçamento para atender outra etnia por uma intervenção não compactuada com a Fundação Nacional de Saúde.

Quero dizer que essa ação não foi da Secretaria de Estado de Saúde, foi da Superintendência, mas algumas providências já foram tomadas, e as correções de ações estão sendo feitas por aquela Instância.

Quero dizer, também, em relação à distribuição dos recursos, que a saúde indígena no Brasil é financiada de três formas: a Fundação Nacional de Saúde tem o orçamento próprio para manter a estrutura, para mandar os recursos, e cada Distrito Sanitário especial indígena recebe um teto orçamentário financeiro, que daquele teto é retirado valores para pagar a conveniada, para pagar

o custeio de medicamentos, de alimentação das casas de saúde indígenas e de outros insumos, não para contratação de mão-de-obra. A contratação é via convênio.

Também temos os recursos que são repassados pela Secretaria de Atenção à Saúde - a SAS, órgão do Ministério da Saúde, que é repassado para os municípios previamente pactuados com cada distrito especial indígena, e, no nosso caso, temos quatro. Esses distritos são unidades autônomas. Eles têm um chefe próprio que pactua com os prefeitos. Daí, Secretário, Vossa Excelência recebeu um ofício do qual eu não tive conhecimento direto, porque os distritos têm uma certa autonomia de gestão de suas ações. Então, foi nesse sentido que houve esse aparente choque.

Então, os municípios recebem esses recursos para contratação das equipes multidisciplinares, médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, odontólogos. E a contrapartida do município é pagar os encargos sociais da contratação desses profissionais. Só que a maioria, se não a totalidade dos municípios, não assume o ônus de contratar, porque o recurso vem apenas para salário. E o município entraria com a contrapartida dos encargos sociais. O município geralmente contrata, convenia com uma associação indígena, com uma organização não-governamental para que aquela associação contrate essas equipes, e daí é a situação pontuada pelo Procurador da República o que aconteceu lá em Aripuanã. E quero dizer, de passagem, que Aripuanã não pertence à coordenação de Mato Grosso. Mesmo estando no Estado de Mato Grosso, é pertencente à coordenação de Rondônia, por questões de demarcação dos trinta e quatro Distritos Indígenas que temos no Estado, Dr. Avelar.

Nós temos também aqui, na região do Araguaia, os índios Carajá, que é um exemplo semelhante, Deputado Humberto Bosaipo. Eles também não estão adstritos à nossa Coordenação Regional. Eles estão adstritos ao Distrito Indígena do Araguaia, que é ligada à Coordenação de Goiás.

Então, há toda uma composição, a divisão não é hermeticamente política, é uma divisão técnica por diversos aspectos que estão explicados na página do *site* da FUNASA, a demarcação desses Distritos. Mas esse recurso repassado para os municípios, no caso Xavante, foi repassado para os Municípios de Água Boa, Barra do Garças e Campinápolis.

Infelizmente, o Prefeito anterior de Campinápolis lançou mão, apropriou-se de cerca de 700 mil reais desses recursos e não repassou para o fim a que estava sendo designado. Essa denúncia já foi apresentada no Ministério Público.

O caso de Água Boa. Eu entendo e quero adicionar um componente aqui, que faz seis meses que nós estamos com anúncios para contratar médicos, para contratar enfermeiros para o PSF Indígena. Esse recurso do SAS é para o PSF Indígena, são os efeitos multidisciplinares. O salário de cinco mil e quinhentos reais, quando nós temos aqui no Estado de Mato Grosso municípios que estão oferecendo onze, doze e até treze mil reais, e não conseguem colocar um médico na cidade. Quiçá, um profissional médico ir para uma área indígena, insalubre, com todas as dificuldades que os senhores verificaram *in loco*!

E nós não estamos conseguindo, faz seis meses que eu estou lutando, já mandei e-*mail* para a Universidade de Minas Gerais, para a Universidade de Brasília, do Rio de Janeiro, soltei *e*-m*ail* nesse Brasil todo, e não consigo médico. Eu pedi a ajuda do Deputado Ságuas, que é médico, que é Parlamentar desta Casa, pedi a ajuda de vários profissionais da área, do Conselho de Medicina e não estamos conseguindo contratar por esse valor, de cinco mil e quinhentos reais.

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - Sr. Jossy, é o seguinte, já está com 18 minutos e eu gostaria que o senhor condensasse, porque tem vários questionamentos que ainda não foram respondidos.

Só para colaborar, também, lá em Mato Grosso do Sul construímos uma lógica de financiamento tripartite para poder enfrentar essa questão, principalmente para os municípios que têm situações em que médico nenhum ou enfermeira ou outros profissionais não querem entrar. Nós fazemos um financiamento tripartite. Então, o Governo Federal entra com uma parcela, o Governo Estadual dá, por cada equipe montada, um recurso significativo e o Governo Municipal entra com outra parcela para poder formar as equipes multidisciplinares do Programa Saúde da Família.

Lá também, na época em que nós passamos como secretário...

O SR. JOSSY SOARES SANTOS DA SILVA - Isso para área urbana...

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - Para áreas urbanas, áreas rurais e também assentamentos, porque lá na área indígena a FUNASA conseguiu contratar todos os profissionais. Só que lá nós também construímos outra lógica. Todos os agentes comunitários de saúde, são quatro mil agentes comunitários de saúde e agora os agentes comunitários de saúde indígena, recebem, além do salário repassado pela FUNASA, pelo salário pago pelo Estado, uma complementação de 50% sobre esse salário pelo Estado. Ou seja, nós fizemos isso no dia em que, na Assembléia Legislativa, comemoramos o Dia do Agente Comunitário de Saúde, que é o dia 28 de fevereiro...

O SR. JOSSY SOARES SANTOS DA SILVA - É uma excelente sugestão...

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - Eu gostaria até que vocês pudessem fazer uma interlocução para poder ver, porque tem município que, infelizmente, nós sabemos que tem dificuldade de colocar equipes, para podermos fazer esse financiamento tripartite. E é uma das saídas que alguns Estados, inclusive, copiaram nosso, da nossa atuação lá, como foi Tocantins e, também, chamado Sul Solidário, no Rio Grande do Sul.

O SR. JOSSY SOARES SANTOS DA SILVA - Mas, com toda essa dificuldade, Sr. Presidente, nós temos alguns profissionais altruístas que amam a causa e estão lá.

Hoje, os índios Xavante...

O SR. FERNANDO GABEIRA - Sr. Presidente, desculpe, eu espero o Senhor completar o raciocínio, mas quero fazer uso da palavra, pela Ordem. Mas espero.

O SR. JOSSY SOARES SANTOS DA SILVA - Hoje nós estamos em Campinápolis, respondendo à Deputada Federal Thaís Barbosa, com uma equipe completa e uma segunda equipe incompleta porque o médico que acabamos de contratar já se retirou, não quis ficar na área. A volatilidade, o fluxo de profissional é muito grande. De maneira que nós contratamos uma equipe num mês... Nós contratamos um enfermeiro para Sangradouro, com uma semana ele voltou chorando, não queria ali ficar de jeito nenhum.

Mas eu quero responder, pontualmente...

O SR. FERNANDO GABEIRA - Peço a palavra, pela Ordem.

O SR. JOSSY SOARES SANTOS DA SILVA - Pois não, Deputado.

O SR. FERNANDO GABEIRA - Sr. Presidente, só queria fazer uma sugestão: eu acho que a questão que ele colocou agora é muito importante. Nós vamos ter que participar da contribuição à FUNASA porque, realmente, não é fácil trazer pessoa para trabalhar com os índios. Não é fácil! Primeiro, porque não vem; segundo, os que vêm, muitas vezes, param no meio do caminho.

Então, talvez fosse interessante refletirmos sobre a necessidade de uma campanha nas universidades brasileiras para ver se atrai uma parte, uma campanha mesmo, mostrando a importância desse trabalho. Caso nós não consigamos, a minha sugestão, Sr. Presidente, é que façamos uma campanha internacional nas universidades internacionais. Aí não teria problema, é claro que vão dizer: “ah, mas são estrangeiros...” O médico mais competente lá em Mato Grosso do

Sul é um polonês, o Zelik Trajber. O Noel Nutels, que eu tive a oportunidade de conhecer, quando garoto, ainda jornalista, veio do exterior, era uma pessoa que cuidou praticamente da questão da tuberculose dos índios do Brasil. Quer dizer, nós podíamos levar isso a sério, a Comissão levar isso a sério, estabelecer uma parceria com a FUNASA no sentido de contribuir para que vocês tenham realmente gente competente e dedicada. São poucas, mas as encontramos no mundo.

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - Tem universidade hoje que já está preparando os profissionais, fazendo especialização no Programa Saúde da Família, e nós podíamos discutir isso de fazer programa de saúde à família indígena. A Universidade Federal da Paraíba é pioneira nesse aspecto e nós podíamos até discutir nas universidades próximas nossas, aqui na federal de Mato Grosso e na federal de Mato Grosso do Sul, para que possamos também construir para com essa parceria.

O SR. JOSSY SOARES SANTOS DA SILVA - Deputado, nós estamos aqui a título de informação. O nosso convênio com a Universidade Federal de Mato Grosso é sobre um projeto de curso de especialização no PSF Indígena, exatamente nesse sentido. Já está em andamento esse projeto.

Eu queria esclarecer também que a Organização Novas Tribos, Deputada Teté Bezerra, não substituiu a Organização SDC, Sociedade da Defesa da Cidadania. Quem substituiu a Sociedade da Defesa da Cidadania que se retirou por problema de irregularidades foi a Universidade de Brasília, a Fundação Universidade de Brasília que está desenvolvendo as ações de saúde. A ONT, o papel dela é apenas receber os recursos das Prefeituras para contratação de mão-de-obra exatamente dessas equipes multidisciplinares que eu estou a falar.

A Srª Thelma de Oliveira - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - Com a palavra, pela Ordem, a ilustre Deputada Thelma de Oliveira.

A SRª THELMA DE OLIVEIRA - O que nós ouvimos ontem do Paulo Félix foi o seguinte: a Fundação Universidade de Brasília foi contratada exatamente com dois objetivos: o primeiro é a questão do controle social; e o segundo é a questão de contratação de pessoal. As equipes de saúde são contratadas pela Organização Nossas Tribos - foi isso que foi dito ontem lá - em substituição...

(NESTE MOMENTO, PARTICIPANTE MANIFESTA-SE - INAUDÍVEL.)

A SRª THELMA DE OLIVEIRA - Não... Mas o senhor falou que a Fundação Universidade de Brasília é que teria sido contratada... E foi em substituição a ONG que estava lá.

O SR. JOSSY SOARES SANTOS DA SILVA - Sr. Presidente, eu respondo. A universidade de Brasília substituiu a Organização SDC. A Organização SDC não contratava profissionais também. Essa contratação sempre era feita pelo SAS. As equipes multidisciplinares sempre foram contratadas com recursos que eram passados para as Prefeituras.

A SRª THELMA DE OLIVEIRA - Sim, o que eu queria dizer era que a Fundação Universidade de Brasília só contrata pessoal para ficar na sede. Foi isso que nos disseram.

O SR. JOSSY SOARES SANTOS DA SILVA - Sim.

A SRª THELMA DE OLIVEIRA - E não as equipes de saúde.

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - Coordenador Dr. Jossy, eu solicitei a nossa assessoria inclusive para nos ajudar a fazer o relatório. Estão os dois aqui: um é advogado e outro é médico criminologista. Eles vão fazer uns questionamentos e Vossa Excelência podia inclusive responder, porque - está muito confuso o nosso entendimento e nós já temos experiência para poder entender como que está - ontem mesmo o próprio pessoal nos falou que a SDC teve toda aquela problemática que foi estampada em todos os meios de comunicação. Inclusive

todo pessoal que participou da SDC foi agasalhado nessa nova Organização chamada ONT. Inclusive, as pessoas, porque as elas não perderam o emprego, não perderam os vínculos, porque a direção da Organização é que fez as irregularidades, mas o pessoal que estava atuando, para não ficar desprotegido, desempregado, construiu para com essa entidade, que é subcontratada, parece-me, pela Universidade de Brasília ou com a relação para as Prefeituras. Depois, Vossa Excelência podia passar tudo isso para entendermos melhor.

O SR. JOSSY SOARES SANTOS DA SILVA - Deputado, eu só gostaria de fazer questão de esclarecer... É simples; não vai demorar. Eu quero dizer o seguinte: a SDC recebeu recursos tanto para contratação das equipes, já que a Deputada Thelma falou de fazer o trabalho na sede do Distrito, quanto para contratar as equipes. A SDC recebeu os dois. O que acontece hoje? Hoje a UnB substituiu a SDC nas equipes da sede, e o controle social, os custeios das ações das casas, da sede e o recurso da SAS que as Prefeituras passavam também para a SDC antes, agora estão sendo passados para a ONT. Então, o que era feito por uma organização só, agora é feito por duas. É isso o que eu estou querendo esclarecer - os recursos da SAS. E é apenas para contratação das equipes multidisciplinares, só esclarecendo.

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - Vossa Excelência tem um questionamento que o Deputado Fernando Gabeira fez. Eu gostaria que Vossa Excelência... Eu gostaria que ele terminasse o tempo dele todo, porque, mesmo com as nossas intervenções, ele está com vinte e cinco minutos.

Então, eu gostaria que o senhor terminasse, finalizasse, todos os questionamentos e depois passaremos a palavra.

O SR. MÁRIO LÚCIO DE AVELAR - Sr. Presidente, somente porque vai cortar o tema, o raciocínio. Então, eu gostaria de concluir isso, porque acho que essa questão vai causar um *frisson*.

A fala do coordenador da FUNASA trouxe-me três ordens de preocupações. A primeira é a seguinte: nós vemos uma interrupção constante no fluxo de prestação de assistência dessas comunidades indígenas em decorrência de a FUNASA, que é o órgão constitucionalmente e legalmente responsável por prestar assistência à saúde indígena, transferir responsabilidades suas para terceiros. Não é? No caso, aos municípios. Ou seja, o município recebe, via fundo, um recurso para contratar equipe multidisciplinar de saúde. Quando não é o município, é a organização não-governamental. Então, nós temos um problema, porque município nenhum quer assumir mais encargos sociais.

Nós sabemos a histórica dificuldade - para ser muito simplista, para ser muito breve - da incapacidade dos municípios de lidar com especificidades, com culturas e com diversidades diferentes, como é o caso de uma comunidade indígena, sobretudo, arcando com ônus. Quando isso não ocorre com os municípios, isso ocorre com as organizações não-governamentais. Ora, para pagar os encargos sociais, tem que tirar esse dinheiro de algum lugar. E vão tirar, evidentemente, do orçamento para a execução das ações de saúde indígena, ou na área de saneamento, ou na área de compra de medicamentos, etc.

Bom, a segunda questão, que eu gostaria de me referenciar, é a descontratação dessa Organização SDC, que tantos problemas trouxe à administração da saúde dos Xavantes. Pois bem, a notícia que nós temos é a de que entre a descontratação e a contratação a UnB permeou um tempo de quase um ano de negociações por parte da Fundação Nacional de Saúde. Então, aí está uma das raízes dessa crise que se evidencia, que se mostra, agora, com toda a sua força com a mortalidade dessas crianças. Quer dizer, esse é um problema de fluxo da administração pública, que não vem ocorrendo na forma e no tempo necessário. Ou seja, a administração pública se exime de

cumprir com o princípio da continuidade da prestação dos serviços públicos em caso essencial, que é a saúde. Então, essa é uma questão muito importante. Isso foi responsabilidade da Presidência da FUNASA quando atribuiu a si a faculdade de romper todos esses convênios com essas fundações, com essas ONGs, numa forma tão morosa, numa atividade tão essencial.

A outra questão, não menos importante, é a questão da contratação dessa Organização Não-Governamental Nossas Tribos. Essa Organização, se não me falha a memória, foi alvo, no ano de 2001, de uma ação do Ministério Público Federal contra a Presidência da FUNAI, em Brasília, solicitando o impedimento, a força física, para que membros dessa organização não mais prestassem qualquer assistência às comunidades indígenas. E digo mais, no caso do Zoró, no Estado do Pará, o Ministério Público identificou, organizações não-governamentais identificaram, problemas seriíssimos ocasionados por essa organização, que é uma organização evangélica, é uma organização que tem a concepção de que enquanto ela não evangelizar o último índio nesse mundo, ela não cumpre a sua missão na terra.

Então, essa é uma questão que precisa ser verificada se é a mesma organização não-governamental: Organização Nossas Tribos.

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - Lá é Nossas Tribos.

O SR. MÁRIO LÚCIO DE AVELAR - Isso é uma coisa importante para ser checada. Se esse fato, realmente, se repetir, é um fato da mais alta gravidade.

Eu acho que nós temos que repensar um modelo de saúde para a questão indígena, que é sério neste país.

Eu duvido que município algum neste Estado de Mato Grosso vai assumir responsabilidade para complementar salário de médico, dentista, agente comunitário de saúde.

Então, eu acho que essa questão precisa ser revista como uma questão prioritária, porque não é possível um médico ficar um mês e encerrar as suas atividades. Essa é uma questão estrutural. É isso que eu gostaria de colocar.

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - Jossy, vamos tentar dar uma celeridade nas respostas, porque ainda tem vários questionamentos que precisam ser respondidos ainda.

O SR. JOSSY SOARES SANTOS DA SILVA - Eu quero dizer que não se trata da mesma organização que o ilustre Procurador da República colocou. Com certeza, não se trata. Essa organização, a ONT, só tem dois funcionários, duas pessoas que a dirigem.

Eu quero dizer que com relação à desnutrição, o questionamento do Presidente, que o caso de Dourados não se pode comparar com o caso de Mato Grosso. Lá, já passou de uma dezena de pessoas, é uma questão quase de uma favela, uma aldeia urbana, os fatores são outros. No caso de Mato Grosso, nós tivemos até agora a morte de seis crianças. Desde que foi anunciado na TV esse problema, não tivemos mais nenhuma morte de criança por desnutrição.

Essas mortes por desnutrição em Campinápolis, exatamente como causa morte no atestado de óbito desnutrição são apenas duas, as demais são patologias de alguma forma relacionadas, não podemos ocultar isso, mas a causa morte não é desnutrição.

O índice da mortalidade infantil também tem caído. Nós temos a série histórica de 1999 a 2004, está muito alta para a realidade indígena, mas por quê? Foi o questionamento do nosso Presidente.

Os nossos índios têm uma fragilidade maior no seu sistema imunológico. Uma simples gripe pode levar uma aldeia toda a ser dizimada. Nós não podemos tratar a saúde indígena da mesma forma como tratamos a saúde dos brancos. Então, algumas doenças são muito mais gravosas - o senhor como médico sabe bem melhor que eu - quando atinge uma população indígena

do que quando atinge uma população branca. Então, hoje o índice de mortalidade, atualizado de 2004, é de 76,64% e não cento e trinta e tantos, como colocou a *Folha de São Paulo*, mas nós tínhamos em 2000 o índice de 122,2%. Hoje estamos com 76,64%.

Eu já expliquei a questão da ONT, da UnB.

Outra pergunta foi de como estão sendo acompanhados os casos de desnutrição. Nós temos *in loco* lá em Campinápolis duas nutricionistas contratadas. Temos realizado algumas atividades, visitas domiciliares. Fizemos um inquérito nutricional. Fizemos o diagnóstico de cada criança e recomendamos algumas ações, que estão em nosso relatório. Infelizmente, não vai dar para passar aqui, ler os pontos, mas eu coloco à disposição da Comissão no final.

Hoje, nós temos elementos...

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - Estamos requisitando, se o senhor puder mandar, todos os documentos que o senhor tiver em seu poder que puder nos fornecer, para que possamos subsidiar nosso trabalho.

O SR. JOSSY SOARES SANTOS DA SILVA - O Procurador colocou um ponto importante. Houve um interstício de tempo realmente...

O Sr. Mário Lúcio de Avelar (FORA DO MICROFONE) - Um ano.

O SR. JOSSY SOARES SANTOS DA SILVA - ...da denúncia, de março de 2004 até mais ou menos a época em que eu assumi a FUNASA, a negociação...

O Sr. Mário Lúcio de Avelar (FORA DO MICROFONE) - ...os índios sem assistência.

O SR. JOSSY SOARES SANTOS DA SILVA - ...os índios sendo assistidos de forma ineficiente pela FUNASA...

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - O senhor está assumindo aquilo que o Procurador está dizendo e que nós estamos dizendo.

Houve responsabilidade de alguém...

O SR. JOSSY SOARES SANTOS DA SILVA - Não estamos fugindo da responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - Porque Vossa Excelência...

O SR. JOSSY SOARES SANTOS DA SILVA - A responsabilidade é da FUNASA.

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - Em março de 2004...

O SR. JOSSY SOARES SANTOS DA SILVA - Foram denunciados pela Presidência da FUNASA todos os convênios.

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - Então, o interregno de tempo fez com que o indicador que era 64, é um indicador altíssimo, pudesse recrudescer e aumentou para 76. Então, houve um acréscimo de criança, porque não é só número que estamos dizendo, não é só índice. Isso significa que crianças que vieram a falecer por desnutrição infantil.

O SR. JOSSY SOARES SANTOS DA SILVA - Não estão relacionadas à desnutrição essas mortes, na sua totalidade, porque da forma como está sendo colocada, 66 é o índice de mortalidade na área Xavante como um todo.

O SR. FERNANDO GABEIRA - Sr. Presidente, mas se o índice de mortalidade aumentou...

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - Mas 28,4%, se não me falha a memória, ela é pródiga, gostaria de dizer que 28% são por desnutrição.

O SR. JOSSY SOARES SANTOS DA SILVA - Esse é um índice de desnutrição... Permita-me, Sr. Presidente...

Esse é o índice geral de desnutrição. Então, dentro da desnutrição tem a grave, os riscos nutricionais, tem a desnutrição grave. Então, não é a questão da mortalidade.

O SR. FERNANDO GABEIRA - Sr. Presidente, só para direcionar, não estamos concentrados apenas na desnutrição. Se houve descontinuidade na assistência, se a pessoa morreu de desnutrição ou não, quer dizer, quando há uma continuidade do problema, você pode morrer de pneumonia, de qualquer outra doença letal, diarréia. A responsabilidade sempre existe. Não se pode descontinuar uma assistência médica a uma etnia, inclusive homogênea num período tão longo. Essa é a questão.

O SR. JOSSY SOARES SANTOS DA SILVA - Sem dúvida, Deputado. Concordo. Mas esse questionamento... Infelizmente, eu não estava, na época, à frente da coordenação, exatamente não foi na minha época esse interstício de tempo.

O SR. FERNANDO GABEIRA - Compreendemos. Assim como os Karajá não estão na sua dimensão. Mas o mundo e o tempo estão na nossa jurisdição. Então, temos que cuidar deles. Tanto os Karajá, a questão dos Cinta Larga em Roraima, tudo isso está, na verdade, dentro do nosso âmbito. Agora compreendemos que não é a sua jurisdição especial.

O SR. JOSSY SOARES SANTOS DA SILVA - Agradeço a compreensão. Queria pedir aos ilustres Deputados, a Vossas Excelências que se eu falhei em algum ponto, se eu esquecer, por favor, sejam incisivos e coloquem...

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - Gostaria de responder a pergunta do Deputado Fernando Gabeira que também nos deixou muito espantados, inclusive ele fez uma denúncia anônima que chegou à Comissão acerca desta lista de possível pessoas, familiares. Se há veracidade nesse documento, se tem todas essas pessoas aí, se são parentes...

O SR. JOSSY SOARES SANTOS DA SILVA - Foram citados os nomes de cinco pessoas. Quero dizer que não tenho nenhum parente funcionário da FUNASA que eu tenha colocado lá.

Foi citado aí, Viviana Paula do Amaral, funcionária da Prefeitura de Várzea Grande, à disposição da FUNASA, nenhum ônus para a instituição, não recebe como colaboradora eventual, e o Prefeito Murilo Domingos a colocou à disposição da FUNASA; Maria Roselane, não tenho parentesco com ela, é minha ex-cunhada, ela já estava lá quando entrei, colocada pelo Chefe de Recursos Humanos; Inagir do Carmo Soares não tem qualquer contrato, qualquer vínculo com nenhuma organização ligada à FUNASA e nem com a própria FUNASA; Manaó Soares Santos, funcionário da Fundação Universitária de Brasília e o Euzébio Soares Santos, funcionário da Fundação Uniselva. As duas estão prestando, hoje, serviços à FUNASA.

Agora, esse assunto vai ser analisado e qualquer providência vai ser tomada nesse aspecto. Se estiver incorrendo em algum desvio de conduta, em algum cheiro de nepotismo, imediatamente serão desvinculados, até porque, Deputado Fernando Gabeira, eu gostaria de esclarecer que essas pessoas foram contratadas diretamente pelas organizações. Se houve alguma participação foi do Chefe do Distrito, que são organizações autônomas à Coordenação Regional.

O SR. FERNANDO GABEIRA - Na verdade, só para esclarecer, nós recebemos uma denúncia ontem, é uma denúncia anônima, que diz que o seu irmão trabalha no setor de informática, o Manaó Soares Santos, que a sua irmã Inagir do Carmo Soares foi contratada como Consultora Kaiapó...

O SR. JOSSY SOARES SANTOS DA SILVA - De forma alguma!

O SR. FERNANDO GABEIRA - ...e que o Euzébio Soares Santos também é seu irmão, foi contratado pelo convênio da Universidade Federal de Mato Grosso.

O SR. JOSSY SOARES SANTOS DA SILVA - Ele é funcionário da Fundação Uniselva.

O SR. FERNANDO GABEIRA - E a Roselane Santos, que é contratada pelos Recursos Humanos de Cuiabá, essa é ex-cunhada?

O SR. JOSSY SOARES SANTOS DA SILVA - É! Não tenho parentesco com ela.

O SR. FERNANDO GABEIRA - Foram isso! E também há outras denúncias, de que há um Coordenador que dá expediente no hotel, que nunca foi na aldeia, chama-se Luis Ricardo e recebe seis mil reais. Eu não sei se isso é verdadeiro...

Há uma denúncia também sobre o Kringer Brito Pereira Souza, genro de uma funcionária, contratado pelo convênio da UnB, com salário... E são denúncias que, na verdade, não é o aspecto principal da nossa preocupação. O aspecto principal do nosso trabalho aqui está exatamente em localizar aquilo que o Procurador mencionou: descontinuidade no fluxo administrativo ou incompetência administrativa, como foi o caso que nós detectamos lá no Mato Grosso do Sul. Então, esses aspectos são os mais importantes.

Agora, como isso aqui é tudo público, todos esses contratos são públicos, nós vamos deixar para que a própria mídia de Mato Grosso conclua junto contigo as explicações.

O SR. JOSSY SOARES SANTOS DA SILVA - Claro, vai ser apurado...

O SR. FERNANDO GABEIRA - Agora, o documento faz parte do material que nos chegou e nós vamos examinar, mas levando em conta suas explicações, evidentemente. Afinal, nós tomamos o cuidado de dizer: olha, é um documento anônimo, a pessoa se diz funcionário e tem medo de ser demitido. Então, ele nos mandou esse documento anônimo.

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - Eu gostaria de perguntar ao Dr. Jossy, se já finalizou?

O SR. JOSSY SOARES SANTOS DA SILVA - Eu tenho alguns pontos, e acho que vou deixar algum Parlamentar sem resposta. Então, se alguma resposta for relevante para alguns Parlamentares, estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - Se acaso necessitar, gostaríamos, inclusive, de poder renovar o convite para, se precisarmos, ouvi-lo posteriormente.

O SR. JOSSY SOARES SANTOS DA SILVA - Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - As Deputadas Federais Thaís Barbosa e Teté Bezerra também pediram...

Eu gostaria de, pelo menos, conceder a palavra por poucos minutos ao Chefe da Casa Civil, Sr. Joaquim Sucena, que veio aqui, inclusive, suceder um dos nossos convidados que se encontra viajando, o Dr. Sardinha. Depois, por solicitação da Deputada Verinha Araújo, eu também vou conceder dois minutos para o Sr. Sebastião, do CIMI, fazer a intervenção. A forma como nós conduzimos os trabalhos, aqui, foi a mais democrática.

Com a palavra, o Secretário Joaquim Sucena, que dispões de três minutos.

O SR. JOAQUIM SUCENA - Sr. Presidente, em seu nome quero cumprimentar toda Mesa e as demais autoridades que aqui estão.

Quero dizer que sou chefe da Casa Civil do Governo Blairo Maggi e a Superintendência Indígena é ligada diretamente a Casa Civil. Por conseqüência, aquilo que possa surgir pela ausência da Superintendência Indígena, do Superintendente Idevar Sardinha, eu estarei pronto para, de imediato, substituir, tendo em vista que acompanho, durante todo esse tempo, as ações que são desenvolvidas.

Exatamente por isso, acredito que temos que fazer alguma coisa que venha, efetivamente, muito embrenhada de bom senso, porque nas intransigências nós não vamos chegar a lugar nenhum.

As comunidades indígenas não querem saber se o poder público é municipal, estadual ou federal, o que eles querem são intervenções e, normalmente, essas intervenções começam no município e terminam no Estado, porque é o que está mais próximo. Por conseqüência, acredito que essas discussões possam trazer luzes para que nós possamos fazer com que o pacto federativo seja efetivamente levado à frente, dando oportunidade aos estados que têm grandes populações indígenas para que possam participar não só como coadjuvante, muitas vezes, até cerceados.

Quero lhe dizer que, com relação a Campinápolis, estiveram na Casa Civil, há poucos dias - e quero lhe dizer que a comunidade indígena Xavante tem inclusive representação na Câmara Municipal de Campinápolis -, na busca de soluções. Primeiro, para alguns assuntos que hoje intermedeiam. Sei que estamos falando sobre FUNASA, sobre saúde, sobre termos desnutrição, mas eu gostaria de acoplar a isso a seguinte coisa: nós temos lá problemas na educação, as escolas são municipalizadas, por conseqüência, recebem recursos da merenda e também para transporte pelas prefeituras. Os índios buscaram, através da prefeitura, fazer a estadualização para que pudessem ser construídas mais duas escolas nas aldeias. Nós vamos fazer as escolas, e como é que vamos justificar perante a FUNAI?

Os índios estiveram aqui na busca daquele ambulatório que foi aqui colocado, pela ausência de condições de atendimento a sua população. O Estado se propôs a construir não só o ambulatório como também algumas casas na aldeia. Conseqüência disso... (O MICROFONE É DESLIGADO.)

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - Eu concedo mais um minuto a Vossa Excelência.

O SR. JOAQUIM SUCENA - Desculpe, eu não estava observando o tempo, serei o mais breve possível.

Então, quero dizer, Sr. Presidente, e a todos aqueles que compõem a Comissão e que aqui estão, que o Estado em momento algum se furta de participar, tem participado e vai continuar participando, participando dentro das suas limitações, mas está pronto, como disse aqui o Dr. Marcos Henrique Machado, a também dar continuidade àquilo que possa ser feito pelo Estado. Agora, não será com intransigências que nós vamos conseguir fazer isso. Não será por imposições que nós vamos deixar de fazer isto. Porque a população indígena não quer saber de onde vem, ela quer ter.

Nós estamos lá com a mesma população buscando alimento, buscando roupas e há poucos dias estiveram uns caciques aqui fazendo exatamente isso. Vai terminar meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - Mais um minuto.

O SR. JOAQUIM SUCENA - Agradeço e peço a compreensão de todos para que algumas coisas possam ficar esclarecidas.

Nós temos hoje dificuldades de toda ordem para poder atender as necessidades da nossa população indígena. Da mesma forma que temos as dificuldades inerentes à legislação, seja com a FUNAI, seja com a FUNASA até mesmo com o próprio INCRA. Então, o que nós estamos buscando - e acho que serviria como sugestão -, é que nós pudéssemos fazer com que o pacto federativo efetivamente atendesse também as nações indígenas. Sabemos que são diferenciadas. Essas desnutrições são frutos também dos próprios costumes indígenas, em que, primeiro, alimenta-se o guerreiro, depois se alimenta a mãe e por último alimenta-se a criança. São costumes que nós

temos que buscar minimizar, seja através da escola, seja através das cestas básicas, seja através daquilo que se pode fazer. Quero só para completar... Vou pedir mais trinta segundos.

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - Trinta segundos.

O SR. JOAQUIM SUCENA - O Governo do Estado propiciou algumas lavouras para a comunidade indígena. Já recebi um relatório de uma ONG dizendo que o arroz está causando diabetes para a população indígena. Então, são coisas que dificultam de tal formas as ações, que nós temos dificuldades hoje de saber até como intervir. Desta forma, Sr. Presidente, quero colocar-me à disposição para aquilo que a superintendência indígena colocou. Acredito que efetivamente nós possamos levar a frente se tivermos oportunidade de fazê-lo. Já tive contato com a direção da FUNASA, através do Dr. Marcos Machado, em nível de Brasília, para que nós possamos minimizar isto. Porque até a casa de apoio de Campinápolis não tem bebedouro, não tem colchão, não tem absolutamente nada, mas querem fazer com que a população indígena sobreviva.

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - Eu agradeço a intervenção do Chefe da Casa Civil.

Dizer até o que a Deputada já disse anteriormente - eu estava discutindo com ela -: se dessa audiência pública já sairmos daqui, pelo menos, compromissados com a mediação do Ministério Público Federal que exerce o seu papel, que é um papel fundamental - o Ministério Público Federal também tem ajudado muito lá em Mato Grosso do Sul - para podermos fazer com que os com que os órgãos públicos daqui... E eu senti na demonstração do Secretário, na demonstração do Coordenador da FUNASA e, agora, na manifestação do Chefe da Casa Civil que, neste momento, está representando o Governo do Estado, toda disposição para começarmos a construir essas possibilidades concretas de fazermos políticas juntos, ou seja, que tenha intersetoriedade no sentido de não ter duplicidade ou, às vezes, até triplicidade de ações, como aconteceu.

Em Mato Grosso do Sul, eu digo isto, mesmo havendo toda essa construção, porque o mesmo partido está no Governo municipal, no Governo estadual e no Governo federal, com todas as ações feitas com esses três entes lá, juntamente com a FUNAI, nós estamos tendo essa tragédia. Se aqui nós ficarmos disputando espaço, disputando que esse espaço é meu, aqui ninguém pode entrar, nós vamos continuar a celebrar esse verdadeiro - se podemos dizer celebrar - genocídio contra a população indígena.

Para ser democrático, como estamos conduzindo, eu gostaria de dar a palavra ao representante do CIMI, por dois ou três minutos, para fazer uma breve intervenção, tendo em vista que é uma solicitação da Deputada Verinha Araújo nós o ouvirmos.

Com a palavra, o Sr. Sebastião, representante do Conselho Indigenista Missionário de Mato Grosso.

Logo depois, a Deputada Teté Bezerra tem uma intervenção a fazer ao Sr. Jossy, que já está chegando. E depois passaremos a palavra ao Presidente da Sociedade Mato-grossense de Pediatria, José Rubens, seccional da Sociedade Brasileira de Pediatria, e ao Procurador para fazer o encerramento.

O SR. SEBASTIÃO - Eu quero cumprimentar a cada um e a cada uma que aqui está.

Cumprimento a Mesa em nome da Deputada Verinha Araújo.

Eu acho que essa situação que estamos vendo e sendo testemunhas, a dos povos indígenas, é uma questão política, é uma questão de Estado e é uma questão de origem. A morte dessas crianças por problemas de saúde é uma questão de equívoco político, de origem, do modelo de atenção à saúde dos povos indígenas e de origem da política indigenista deste país.

Eu acho louvável esta iniciativa da Câmara Federal de estar aqui, de travar essa discussão, mas acho que também devemos ter muito cuidado para que nessas audiências públicas não fique cada um defendendo que o índio deve ser isto ou aquilo, que, em síntese, seria a forma que eu acho que o índio deve ser emancipado à nossa sociedade.

Os povos indígenas são povos diferenciados com costumes, com tradições, e tudo isso deve ser considerado.

A questão da saúde é um dever do Estado e um direito de todos. O CIMI, desde o inicio, tem se manifestado e analisado a questão do modelo de atenção à saúde indígena, um modelo equivocado, que não atende e que não é capaz, não tem alcance para atender as demandas que são colocadas, as demandas que são exigentes para a sobrevivência desses povos.

E o que estamos assistindo, a morte dessas crianças, não é nada mais que um reflexo da política indigenista e que isso já é decorrente.

Eu acho que nesses debates a preocupação de procurar saber se foi esse ou aquele Governo o responsável, só os índios vão ser prejudicados. É uma ausência, de fato, do Estado. Essa ausência do Estado não é de hoje. O Estado sempre esteve ausente. A política do Estado sempre foi política de integração. Então, eu acho que devemos ter esse cuidado. É uma ausência de Estado. O Estado continua ausente e parece que as falas vêm muito nesse sentido, a forma que eu acho que os índios devem ser integrados na sociedade. Os índios têm direito de viver enquanto pessoa, enquanto povos. Cabe a nós sociedade conceder isso a eles. Eu agradeço a oportunidade.

(A SRª TETÉ BEZERRA ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 12:15 HORAS.)

A SRª PRESIDENTE (TETÉ BEZERRA) - Antes de passar a palavra aos nossos convidados para as suas considerações finais, eu gostaria de solicitar ao Sr. Jossy duas questões que foram colocadas pelo Secretário de Estado de Saúde, Dr. Marcos Machado, porque eu acho que seria pertinente o senhor dar uma informação para esta Comissão de como seria, com relação à competência, a distribuição dos medicamentos nas aldeias. É competência de quem? É a FUNASA que adquire e repassa para as equipes contratadas pela ONG ou é a prefeitura municipal que repassa, através do recurso da SAS - uma é essa questão dos medicamentos.

Outra questão é quais são os recursos para o atendimento de saúde básica ambulatorial e hospitalar - se o senhor tem com relação ao Estado de Mato Grosso ou especificamente com relação ao Município de Campinápolis.

O SR. JOSSY SOARES SANTOS DA SILVA - Os medicamentos básicos são adquiridos de forma concentrada na Presidência, em Brasília, e enviados para todo o Brasil, através de transporte e diversos meios. E os medicamentos específicos são adquiridos por cada distrito. Tem algumas prescrições que são específicas, então, o distrito adquire, mas a farmácia básica, como um todo, é feita pela Presidência da FUNASA, que concentra o processo licitatório em Brasília, daí algumas vezes atrasa...

A SRª PRESIDENTE (TETÉ BEZERRA) - Desculpa. E qual é o critério de distribuição? É per capta? Existe uma relação da distribuição com a população? Como é que é?

O SR. JOSSY SOARES SANTOS DA SILVA - A distribuição é feita de acordo com critérios estabelecidos pela equipe médica e pela farmacêutica de cada distrito. Então, eles estabelecem critérios.

A título de informação, nós gastamos no ano de 2004, só no distrito Xavante, R$550.491,34, com medicamentos adquiridos aqui em Mato Grosso...

A SRª PRESIDENTE (TETÉ BEZERRA) - Para o ano de 2004?

O SR. JOSSY SOARES SANTOS DA SILVA - Só no ano de 2004, esse foi o nosso gasto, R$550 mil, fora os medicamentos que são enviados de Brasília.

O Sr. Mário Lúcio de Avelar - Uma questão de ordem, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (TETÉ BEZERRA) - Pois não.

O SR. MÁRIO LÚCIO DE AVELAR - Foram gastos quinhentos e poucos mil reais com a compra de medicamentos.

Eu indagaria do gestor da FUNASA se ainda faltam recursos, porque eu estou vendo ofício aqui em que os pólos bases se dirigem ao Estado, à Secretaria de Saúde, solicitando a compra de medicamentos, alegando a insuficiência de medicamentos nas aldeias.

Eu indago se os recursos são insuficientes, se faltam medicamentos nas aldeias e porque os pólos bases se referenciam ao Estado para solicitar a compra de medicamentos.

O SR. JOSSY SOARES SANTOS DA SILVA - O recurso para a compra de medicamento da FUNASA é suficiente, o que acontece, Dr. Avelar, às vezes, é atraso na remessa.

Eu mesmo solicitei ao Secretário Marcos Machado, até a título de empréstimos, nós tivemos uma conversa lá, de repasse, se ele me repassasse uma parte, quando chegasse eu reporia.

Agora essa correspondência enviada pelo pólo base, que eu acredito que não tenha sido o pólo base, na verdade, deve ter sido alguma...

(NESTE MOMENTO O DR. MÁRIO LÚCIO DE AVELAR MOSTRA O DOCUMENTO PARA O GESTOR DA FUNASA.)

O SR. JOSSY SOARES SANTOS DA SILVA - Não tem assinatura de nenhum agente público que ateste ser uma correspondência nossa especificamente. Mas a do pólo base, onde está? (PAUSA). Essa aqui foi feita pela missão salesiana. Então, não foi a FUNASA que efetivamente pediu.

Mas quero dizer em suma que o recurso é suficiente. O que acontece às vezes é atraso na entrega do medicamento, devido ter sido concentrada essa compra em Brasília. Estamos lutando para descentralizar a aquisição de medicamentos no Estado.

Deputada, a outra pergunta, eu esqueci.

A SRª PRESIDENTE (TETÉ BEZERRA) - Os recursos para atendimento da saúde básica tanto ambulatorial como hospitalar, referente a 2004.

O SR. JOSSY SOARES SANTOS DA SILVA - As entidades credenciadas que recebem recurso como incentivo à saúde indígena nesses municípios, antes de dizer aqui *ipsis litteris* todos eles, quero dizer o seguinte: foi colocado aqui pelo Procurador da República que a saúde indígena é um dos subsistemas do SUS. Muito bem pertinente essa colocação. Quero dizer às autoridades aqui presentes que o índio é contado pelo IBGE como munícipe. Ele está no universo populacional dos municípios. E o Ministério da Saúde repassa recurso para o SUS para cada município, quando ele repassa, mesmo sendo o Sistema Único de Saúde, o principal, ali está contemplado por derivação aquele cidadão indígena que mora na circunscrição daquele município. De forma que quando um município atende um índio, ele não está fazendo um favor à população indígena, ele está cumprindo uma obrigação. No recurso, independentemente do subsistema de saúde indígena, o índio está contemplado também num subsistema principal, no sistema geral, no Sistema Único de Saúde. De forma que o que fazemos é fazer um incentivo, através do *site*, da contratação de equipes multidisciplinares e também através das entidades, que eu vou ler aqui só para o distrito Xavante.

Temos Barra do Garças que recebe, hoje, por mês, cerca de 2 mil, 158 reais; Poxoréo, Hospital e Maternidade São João Batista...

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - Quanto Barra do Garças?

O SR. JOSSY SOARES SANTOS DA SILVA - Barra do Garças, hoje, está recebendo 2 mil, 158 reais de incentivo, mas esse recurso vai ser significativamente aumentado e vai passar para 28 mil reais, a partir agora do próximo mês.

(O SR. HUMBERTO BOSAIPO FALA DE SUA BANCADA - INAUDÍVEL.)

O SR. JOSSY SOARES SANTOS DA SILVA - É um incentivo para o sistema de saúde da cidade. Não é um recurso para bancar o atendimento, porque eu falei há pouco tempo que o índio, enquanto cidadão, está contemplado dentro do repasse do SUS para cada município.

Então, o município não está fazendo favor quando atende um índio no seu sistema de saúde, está cumprindo uma obrigação, porque saúde é obrigação do Estado. Poxoréo, Campinápolis - Hospital Municipal de Campinápolis, seis mil setecentos e noventa e cinco reais mensais; Novo São Joaquim - Hospital Municipal de Novo São Joaquim, mil reais; Água Boa - Hospital Regional de Água Boa, quatorze mil e trezentos reais mensais; algumas unidades têm valor maior porque são referências; Barra do Garças - Hospital Santa Júlia, dois mil cento e cinqüenta e oito reais; Barra do Garças - Hospital Dom Bosco/ Policlínica de Barra do Garças, dois mil reais; Barra do Garças - MED/Barra/Serviços Hospitalares/Hospital e Maternidade, dois mil cento e cinqüenta e oito reais; Nova Xavantina - Hospital Nova Brasília, três mil quatrocentos e oitenta reais; Nova Xavantina - Pronto Socorro, mil oitocentos e vinte e três reais; Brasília - Hospital Universitário de Brasília, que é a nossa principal referência, cem mil reais mensais.

A SRª PRESIDENTE (TETÉ BEZERRA) - Sr. Jossy, eu gostaria de solicitar de Vossa Senhoria o envio desses relatórios para a relatoria, para que isso pudesse ajudar e subsidiar esses trabalhos.

O Sr. Mário Lúcio de Avelar - Peço a palavra, só um minuto!

A SRª PRESIDENTE (TETÉ BEZERRA) - Pois não!

O SR. MÁRIO LÚCIO DE AVELAR - Isso que ele está falando é um incentivo que a União repassa aos municípios, para que os hospitais façam a referência.

Agora, isso é uma demonstração de que a saúde é um dever da União, é um dever do Município, é um dever do Estado. E aí é que precisa haver a articulação entre a FUNASA e o Sistema Único de Saúde nos Estados, que não está havendo, para se fazer referência de forma adequada...

A SRª PRESIDENTE (TETÉ BEZERRA) - Correto...

O Sr. Fernando Gabeira - Peço a palavra, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (TETÉ BEZERRA) - Pois não!

O SR. FERNANDO GABEIRA - Esse dinheiro que foi mencionado aqui como incentivo, como referência, os cem mil reais que é da referência de Brasília, é relativo ao Sistema Nacional ou é cem mil reais de incentivo apenas para tratar do seu distrito?

O SR. JOSSY SOARES SANTOS DA SILVA - O Hospital de Brasília atende indígenas, não só os Xavante como o Xingu de toda região. Então, ele está ligado ao atendimento de Mato Grosso como um todo.

O SR. FERNANDO GABEIRA - Só Mato Grosso ou todo o país?

O SR. JOSSY SOARES SANTOS DA SILVA - Eu não posso dizer agora essa informação para o Senhor, mas, a princípio, entendo que seja de Mato Grosso.

A SRª PRESIDENTE (TETÉ BEZERRA) - Antes de repassar a direção dos trabalhos ao Presidente, eu gostaria de solicitar ao Senhor, talvez o Senhor não tenha em mãos, também, se for relacionar, vai acabar tomando bastante tempo da Audiência Pública que já se prolonga, mas quero saber se o Senhor tem os recursos repassados, conveniados com as

organizações não governamentais que prestam atendimento de saúde básica em todas as aldeias de Mato Grosso. Se o Senhor tiver e puder enviar à relatoria para que também possa nos ajudar...

O SR. JOSSY SOARES SANTOS DA SILVA - Prontamente.

A SRª PRESIDENTE (TETÉ BEZERRA) - Passo a direção dos trabalhos ao Deputado Federal Geraldo Resende.

(O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE ASSUME A DIREÇÃO DOS TRABALHOS ÀS 12:28 HORAS.)

A SRª THELMA DE OLIVEIRA - Eu gostaria, aproveitando a pergunta da Deputada Federal Teté Bezerra, de perguntar o seguinte: lá em Campinápolis, quando houve a denúncia com relação à Organização Nossas Tribos, ficou muito claro, não foi somente apenas pelos índios, mas por todos os outros, que a residente e alguns elementos da própria organização estavam lá pela primeira vez na aldeia, nunca tinham ido antes.

Isso é uma situação séria, porque não foi uma coisa colocada por nós, foi colocada pela comunidade e foi colocado pelos próprios índios que lá estavam. Eu pergunto: como é feita a escolha dessas organizações pela FUNASA? Como são escolhidas? Quais são os critérios que vocês adotam para que seja esta ou aquela entidade? E por que vocês, a própria FUNASA, não utiliza entidades que estejam lá dentro da comunidade, fazem parte do município para estarem prestando esses serviços? Eu acho que é válido procurar entidades que sejam fortes, que sejam estruturadas, mas acho que também faz parte de nós estarmos fortalecendo e até é uma forma de ter uma fiscalização, um controle maior se a entidade está lá.

Então, foi uma coisa que ficou como dúvida, quais são os critérios que a FUNASA adota para escolher esta ou aquela entidade?

O SR. JOSSY SOARES SANTOS DA SILVA - Deputada, na verdade, essa escolha é feita pelo município, porque quem recebe o recurso é o município, quem convenia com a entidade é o município. O município não assume os encargos sociais, então, ele faz um acerto com a entidade para fazer e a FUNASA apenas subscreve isso aí. Agora, de qualquer forma, essa entidade já estava no distrito quando eu assumi e a coordenação.

Eu quero dizer a Vossa Excelência que o nosso objetivo é trabalhar cada vez mais com as organizações indígenas. Nós já temos aqui a Organização Ipren-re, que cuida muito bem dos índios Kaiapó, a Organização Ahlitinã, que cuida dos índios Pareci, temos a Organização Mavutsinin, que cuida dos índios do médio e alto Xingu. Então, nós estamos prosseguindo nessa linha de trabalhar mais com a cultura indígena e com as organizações indígenas. Agora, eu queria falar, a título de informação, que hoje em Barra do Garças nós estamos reunindo quarenta parteiras indígenas para trabalhar mais a humanização do parto, estamos reunindo com essas parteiras para colher informações delas e aproximar mais a saúde indígena e os índios. Está havendo essa capacitação lá. Só a título de informação.

E queria reforçar aqui, porque o nosso Presidente não estava presente, que a saúde indígena é um subsistema do SUS, ela não é um fim em si mesmo. O SUS é a nossa maior referência. E quando um hospital municipal atende um índio, ele está usando recursos que foram repassados para aquele fim. Ele não está, Sr. Presidente, prestando nenhum tipo de favor, ele está atendendo, mesmo que não receba incentivo, ele está cumprindo o recurso que foi passado para atender aquela população.

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - Gostaria de dizer que eu sou conhecedor dessa situação e sei muito bem. Até a pouco eu estava dizendo para o Deputado Gabeira que todos os municípios que têm impactação de população indígena no seu território recebe, inclusive, um adicional, um *plus* para as instituições hospitalares que atendem a população de um

modo geral e tem esse *plus* para atender, chamado IAPI. Todos os municípios recebem. Inclusive, parece que o Município de Campinápolis recebe vinte e cinco mil reais, não sei se é mês ou ano que me passaram lá, mas, mesmo assim, eu estou dizendo que isso não invalida algumas das propostas que saíram daqui.

Há pouco você mesmo disse que está difícil contratar profissionais para ganhar cinco mil, seis mil reais no interior e eu fiz essa proposta, uma mediação, que vocês pudessem construir uma lógica de financiamento tripartite para poder, porque o município, para contratar sozinho um profissional, terá que disponibilizar dez mil reais, vamos supor, para levar para as regiões mais longínquas ou com mais dificuldade. Se fizer um acordo em que possa percentualmente cada um identificar o responsável, o impacto no município é muito menor. Nós construímos essa lógica lá no Mato Grosso do Sul, no Governo do PT, quando eu era o Secretário e construímos essa lógica lá, na medida em que, de oito equipes que existiam do Programa Saúde da Família, chegamos a duzentos e vinte e cinco equipes. Sei que hoje houve desacertos e houve retrocessos que está, inclusive, mostrando os próprios indicadores da saúde, não só na população indígena, mas os próprios indicadores da população em geral, um retrocesso que houve de dois anos para cá.

Esse é o compromisso que, eu acho, se sairmos daqui pelo menos com uma dessas possibilidades, já caminhamos substancialmente. Agora, eu gostaria até de dizer também da questão de qualificar pessoas que têm perfis. Porque é preciso ter o perfil para lidar com a população indígena. Não se pode pegar uma pessoa formada lá em São Paulo ou lá no Rio de Janeiro, que não tenha compromisso, que tem outra realidade, ou mesmo de outros locais para atender a população. Mesmo porque no próprio programa da família, nas áreas urbanas, as pessoas precisam ter vocação. Tem que ter um perfil adequado para esse programa, ainda mais para lidar com a população indígena. É preciso aproveitar, eu não sei aqui em Mato Grosso, a UNEMAT, que é uma universidade que inclusive tem curso específico para a população indígena. Por que não encetar trabalhos juntos para poder qualificar, aproveitando a extensão?

Agora mesmo nós estivemos em Nova Xavantina, e tomamos conhecimento de que lá já existe curso de Biologia, de Turismo e, parece-me, que agora em julho vai haver vestibular para o curso de Veterinária e de Agronomia. Ou seja, expansão para a cidade, que sabemos muito bem que isso traz um novo divisor de água para a cidade. Por que também não se construir aqui curso de qualificação, que a coordenação da FUNASA possa fazer, junto com a UNEMAT, para poder aprimorar o agente comunitário da saúde indígena, para poder qualificar os enfermeiros, os médicos e os demais profissionais, sabendo que aqui a população indígena é até menor que a de Mato Grosso do Sul, mas que vocês enfrentem as dificuldades das estradas, das longinqüidade, as dispersões das aldeias, porque lá nós temos uma concentração maior das aldeias indígenas, com um percentual muito maior.

Mas é preciso criar caminhos para superar isso. Eu tenho certeza de que ouvi esse desprendimento na fala de todos vocês, mas tinha a preocupação e tínhamos dito isso ontem. Os documentos e o material que nos chegavam mostravam que havia conflitos, e conflitos exacerbados, ou seja, de um lado o Estado querendo ajudar - pareceu-me isso. Não quero aqui fazer defesa do Estado, mesmo sabendo... Eu não estou aqui colocando a questão... Nós não estamos aqui num debate ideológico, esse ou aquele. Porque eu acho que está errado agora, que houve erro no passado, houve acerto no passado, avançamos muito no Governo passado, em um programa de saúde. Eu era oposição ao Governo passado. Nesse Governo nós éramos da base aliada; hoje estamos em uma posição independente. Mas eu avalio que há avanço. Não podemos dizer, de uma hora para outra, houve os ungidos, que pelos Deuses chegaram, e a coisa modificou. Tinha avanço no passado, como

tinha, também, dificuldades que estão persistindo agora. E nós precisamos construir para que no futuro não sejamos obrigados a criar mais Comissões.

Só para finalizar, aquilo que a Deputada Verinha Araújo disse no começo foi da interrogação dos índios lá: Vieram para ajudar? O que vai trazer? Se for para ajudar, sejam bem-vindos - no linguajar deles, que vocês já conhecem há muito tempo a forma como se expressam. Eu respondi: nós viemos aqui para fazer um diagnóstico, para poder realmente apontar caminhos, mas também para cobrar responsabilidades. Porque, logicamente, em um Governo como o que foi construído, com toda a característica de mudança que esse Governo tem apontado, um Governo que assumiu o compromisso de combate à fome, está morrendo indígena por fome. Nós precisamos ver onde houve erro e apontar, inclusive, responsabilidades. Disso nós não podemos fugir, sob pena de termos mais um relatório dentre os vários relatórios que houver lá. Nós estamos apontando aqui, na construção desse relatório. Terminaremos dia 19 de abril, para podermos dar soluções.

Em Mato Grosso do Sul nós cobramos soluções. E o Presidente da FUNASA assumiu compromisso conosco. O Sr. Fernando Gabeira falou da água. Ele assumiu que em seis meses coloca água em 100%. Não somente o sistema, porque o sistema que está ofertando água à população em torno de 10%, esse não é. O pessoal quer saber da água.

Nós, também, assumimos o compromisso de reformular. É isso que aqui nos parece. Que o pessoal não está assumindo, que as equipes aqui estão desestruturadas, estão desarrumadas, que é preciso nós apontarmos... Nós queremos ajudar. Se você coloca: nós precisamos de médicos no pólo tal e no pólo tal nós precisamos de nutricionista, vamos fazer uma campanha nacional. Tem o Gabeira que tem uma visibilidade. Então, quando o Gabeira chegar no Rio de Janeiro, com toda a sua visibilidade, ele poderá falar: "médicos do Rio de Janeiro que queiram aprimorar no Programa Saúde, que queiram atender a população indígena, o Estado de Mato Grosso, através da Coordenação da FUNASA, está ofertando salário." O Estado também vai dar *plus* para podermos trazer profissionais para cá. O mais importante, eu acho, é dar a resposta, porque, senão, essa população, com a qual temos uma dívida enorme, que sempre foi usada também, em muitos eventos foi usada... Nós precisamos construir, sob pena de daqui a pouco, realmente, não podermos nem chegar perto deles em qualquer lugar do País.

Eu gostaria de perguntar se algum dos Deputados quer fazer alguma consideração (PAUSA). O nosso tempo está esgotado. Eu gostaria de perguntar se as Deputadas querem fazer...

Gostaria de falar do nosso agradecimento especial a esta Casa, aos Deputados Estaduais. Eu vejo aqui que vários persistiram, permaneceram até agora, mostrando realmente a preocupação deles em dar uma resposta.

Eu quero que o documento que eles vão elaborar como subsídio à Comissão chegue lá. Tenho certeza de que vai ser muito bem vindo, vai contribuir com o nosso trabalho.

Gostaria de agradecer a todas as pessoas que se fizeram presentes aqui, à população de Mato Grosso.

Passo a palavra ao Jossy para as considerações finais.

O SR. JOSSY SOARES SANTOS DA SILVA - É só uma informação.

Quanto às obras indígenas - Vossa Excelência falou de orçamento e o nosso Procurador também falou -, nós realizamos, em 2004, 45 obras, dentre sistemas de abastecimento de água e melhoria sanitária domiciliares, totalizando dois milhões e quinhentos mil reais, com tecnologia, com placa solar. A área do Xingu tem sido até objeto de reportagem internacional, de publicações internacionais.

Esse ano, nós vamos entrar no nosso orçamento para Mato Grosso para três milhões e duzentos mil reais.

Eu quero dizer para todos que a FUNASA não faz como quer. A FUNASA faz aquilo que quer o controle social, que é o Conselho Distrital. Cada região indígena tem um conselho local, então eles apontam as necessidades para o Conselho Distrital, e o Conselho Distrital elenca uma relação de aldeias onde vão ser realizadas essas obras.

De maneira que algumas vezes, Dr. Avelar, o senhor vai chegar em uma aldeia que precisa mais do que outra, mas nós não temos governabilidade, porque o órgão que define isso é o Conselho Distrital Indígena, presidido por um indígena na região Xavante.

Então, nós seguimos a legislação que aponta a competência para definir onde fazer, é o Conselho Distrital Indígena. Era a informação.

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - Com a palavra, para as considerações finais, o Dr. José Rubens do Amaral Zaituni, Presidente da Sociedade Mato-grossense de Pediatria.

O SR. JOSÉ RUBENS DO AMARAL ZAITUNI - Eu não quero tomar muito mais tempo, sei do cansaço de todos.

Eu só queria reiterar meu agradecimento pelo privilégio de ter participado desta audiência, em particular à Deputada Thelma, que nos convidou a participar e estender a todos o convite para participar do V Fórum de Defesa Nacional da Criança Indígena, que vai ser realizado em São Paulo, de 19 a 20 de abril de 2005.

Eu quero só fazer um adendo, a título de colaboração, primeiro, uma orientação que deve ser repassada aos agentes de saúde que das doenças que matam índios, que o nosso representante falou aqui que a desnutrição é muito baixa, lembrar que a maioria delas não mataria a criança se não fosse a desnutrição.

Então, havia um conhecido, não amigo, mas conhecido, um pistoleiro, que falava que não matava ninguém, ele falava: "eu só faço o furo, quem mata é Deus." Então, que fique bem claro isso.

Tuberculose mata 13 vezes mais crianças na população indígena do que na população branca e a tuberculose numa criança bem nutrida raramente vai ter essa letalidade, esse fundo e essa gravidade. Então, na causa básica de morte, o fator que desencadeia pode ser a insuficiência respiratória. Quem fez a insuficiência respiratória foi a tuberculose, mas quem fez a tuberculose ser mortal foi a desnutrição e ela tem constado no atestado de óbito como causa essencial de morte. E há necessidade...

O sarampo foi subvalorizado pela nossa população até que nós corrigimos os métodos de notificação. Não se valorizava e não se prevenia o sarampo, porque o sarampo não matava, morria de pneumonia, mas a pneumonia era grave porque a pessoa tinha tido sarampo antes. Então, é fundamental que se corrija o sistema de imunização.

Eu queria colocar e destacar também que no fórum, dentro das medidas elencadas, que eu já deixei com a comissão, uma das coisas a que se propõe é que no currículo universitário se tenha um capítulo exclusivo de saúde indígena.

Eu acho que devemos fazer valer e implementar isso. É necessário que eles tenham realmente com caracteres especiais e precisam de uma formação, de uma especialização para isso.

Outra coisa, isso é um alpendre, por favor, e eu queria que ficasse claro para o Secretário Marcos Machado, o PSF sem pediatra é manco. O PSF... Muitas vezes, muitas daquelas pessoas que não aceitam não, são porque são altruístas. Talvez sejam responsáveis, porque a criança não é um adulto pequeno e o PSF, acho que a grande falha de sua estruturação, é que ele não conta com um pediatra dentro de sua equipe. Isso é muito ruim. Tem que ser. Não é que fique só o pediatra, tem muitos pediatras que fazem PSF, mas ele não pode ser sozinho para avaliar um adulto,

como também um médico especialista em adulto não pode ter toda responsabilidade do aporte e enfrentamento de doenças da criança. Queria colocar apenas isso. E queria agradecer, mais vez, louvar o Deputado Fernando Gabeira, gostei de vê-lo, porque eu tenho muito medo de que as pessoas, mudando de Estado, de situação e com o tempo, percam a sua capacidade de se indignar. Gostei de ver que Vossa Excelência não mudou as armas, pois continua com o mesmo atrevimento, com a mesma capacidade, com a mesma luta que sempre admirei.

Gostaria de falar também e agradecer mais uma vez esse lugar que eu falei que nunca tinha freqüentado. Eu sempre passava as férias em Santos na minha infância, com freqüência, e quem lá conhece tem um monumento muito bonito, Monumento da Independência. E aquele monumento, eu ficava fascinado pelas imagens dos Irmãos Andrada, com frases a eles atribuídas. Lembro-me que numa das facetas, que tem um dos irmãos Andrada, Antônio Cássio, se não me engano, o Imperador querendo contornar uma situação pede que ele peça desculpa formal para que ele possa absolvê-lo. E ele fala: "Perdão, só peço a Deus! Do Rei, quero justiça!" E do outro lado em que ele numa tribuna adverte Dom Pedro, que conversava: "Silêncio! Desta tribuna até os Imperadores têm que me ouvir!" E essa tribuna tem dignidade. Quando Vossas Excelências ocuparam isso daqui, quando cada um de Vossas Excelências tomou o microfone, Vossas Excelências estavam pegando um instrumento de muita dignidade e força. Façam-no valer, fazendo e executando as políticas, fazendo tornar válido tudo isso que aqui discutimos. Por favor, salvem as nossas crianças independentemente da sua etnia e raça. E um cuidado especial com a criança indígena que está em risco. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - Muito obrigado, Dr. José Rubens do Amaral Zaituni.

Vou passar a palavra ao Dr. Mário Lúcio de Avelar, Procurador do Ministério Público Federal, para fazer as suas considerações finais.

O SR. MÁRIO LÚCIO DE AVELAR - Gostaria só de colocar uma questão que está na raiz de toda essa discussão que permeia o papel da FUNASA na execução da saúde pública para as comunidades indígenas.

Recentemente, no ano de 2003, salvo engano, a Presidente da FUNAI baixou uma portaria dizendo o seguinte: "Olha, esse negócio de saúde aí as ONGs estão fazendo, isso não está legal, estão roubando demais, e isso é uma responsabilidade do Estado". No momento em que ela falou isso, o Presidente da FUNASA disse o seguinte: "Olha, tudo bem. Remédio, quem vai cuidar, sou eu. Vamos centralizar isso aqui em Brasília, porque vamos comprar, licitar, aquela coisa toda. Carne, vamos comprar também. Computador, tudo que é insumo, vamos adquirir aqui pela Presidência da FUNASA. Agora é o seguinte: esse negócio de mão-de-obra não é responsabilidade da FUNASA. Isso é responsabilidade do município, das novas tribos, amanhã, das velhas tribos, e assim por diante." Ou seja, a FUNASA está buscando gente para transferir responsabilidade na execução da saúde indígena. É isso o que vemos.

Então, um ano de convênio paralisado, um ano de falta de assistência à saúde. Se vocês saírem daqui, hoje, se vocês forem aos Cinta Larga, vocês vão ver que há dois anos e alguns meses aquela comunidade não recebe a visita de sequer um médico, um dentista, um enfermeiro, um agente comunitário, ninguém! Não recebe a visita de ninguém! A FUNASA está sempre buscando - me desculpa a expressão - um laranja para transferir as suas responsabilidades, porque ela não quer assumir, o Estado tem que ser pequeno, nós temos serviço de dívida para pagar elevado, nós temos superávit primário e a FUNASA não cumpre com sua obrigação primária, que seria realizar um concurso público, para contratar médicos, enfermeiros e auxiliares. Esse deveria ser o papel dela e que deve ser o papel do Ministério Público do Trabalho, cobrando.

Então, isso está na raiz de muitos dos problemas que nós estamos enfrentando atualmente. A outra coisa que eu gostaria e acho que isso deveria ser incluído no relatório, falo como sugestão. Eu gostaria que o Ministério Público tivesse acesso a esse trabalho, a esses documentos, a essas informações que a Comissão levantou, porque isso vai nos auxiliar nas providências de ordem administrativas e judiciais que nós temos o dever de adotar.

Eram essas as minhas palavras. Eu gostaria de agradecer a presença de vocês. Pudera nós tivéssemos reuniões dessas mais constantes para discutir políticas públicas neste país. Por exemplo, a questão do desmatamento da Amazônia, a questão da ocupação da Amazônia, o descontrole governamental, a ausência mínima de políticas públicas nessa área que se faz ser sentido sobre os povos indígenas de forma muito forte.

Gostaria de agradecer a todos e parabenizar pelos trabalhos conduzidos por Vossas Excelências.

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - Agradeço o Dr. Mário Lúcio de Avelar.

Gostaria de perguntar se tem mais alguém que queira fazer alguma...

O SR. MARCOS HENRIQUE MACHADO - Deputado, eu gostaria de cumprimentá-lo e saudar a iniciativa dessa Comissão. Acredito que aqui se iniciou um marco para que possamos, efetivamente, executar a política de saúde, que não acontece sem que o escritório aqui, a Coordenadoria tenha poder de decisão. Que, efetivamente, tenha objetividade, porque falar que os distritos estão comprando medicamentos, estão distribuindo com regularidade, que está acontecendo a ação específica de saúde, não dá para admitir.

Eu tenho claro a dedicação do coordenador, o seu desejo de realizar, mas não vejo poderes para isso.

O Estado, como bem disse o Secretário-Chefe da Casa Civil, está à disposição, está ciente sobretudo das suas responsabilidades. Devo interiorizar ações concretas com o Procurador da República Mário Lúcio Avelar e, efetivamente, nós vamos avançar em cima de metas específicas e vou buscar fazer uma ação pró-ativa com financiamento, porque como disse o coordenador: "Existe recurso suficiente."

Vou avaliar, Deputado Geraldo Resende, a sua gestão, embora essa responsabilidade tripartida quando envolve contratação de pessoal, ela encontra obstáculos jurídicos, sobretudo trabalhistas e previdenciários, encontra impedimento, sobretudo uma dificuldade de gestão, ou de administração contratual, com princípio de concurso público, tem a dificuldade também de entender como gerir, três chefes gerindo um único serviço, mas, com certeza, vamos avançar esse estudo.

Não tenho dúvida de que o grande problema da falta de atenção da assistência à saúde indígena é na falta de pessoas. Não se faz saúde sem pessoas. Eu espero que esta Comissão possa concluir e mostrar para a FUNASA, como bem disse o Dr. Avelar, que nós precisamos de gente. Gente que more lá em Água Boa, gente que more em Colíder, gente que morre em Porto Alegre do Norte, São Félix do Araguaia, efetivamente, que faça o deslocamento e vamos parar com a hipocrisia. E bom salário, porque sem bons salários esses médicos e enfermeiros não farão qualquer atividade diferenciada e com a dedicação que todos sabemos que é necessária.

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - Muito obrigado, eu só gostaria de dizer que a proposta que nós temos lá, a experiência, é o município tocando. O Estado, através de decretos, repassa recursos mensalmente para os municípios e nós complementamos os recursos que são passados pelo Governo Federal, que esse já vem direto, fundo a fundo para o Estado repassar para os municípios.

Com a palavra, o Sr. Jossy para suas considerações finais.

O SR. JOSSY SOARES SANTOS DA SILVA - Eu quero agradecer esta grande oportunidade, as autoridades aqui presentes, a iniciativa da Câmara Federal, a cada um dos Parlamentares. Saio daqui hoje, assim, com otimismo porque eu os vejo não como sindicantes, mas como parceiros na busca de soluções.

Quero dizer que foi um prazer conhecer o Deputado Federal Fernando Gabeira, a quem admiro há bastante tempo. Agradeço à Assembléia Legislativa do Estado, ao Secretário Marcos Machado, ao nosso Procurador, com quem nós queremos uma aproximação para buscar solução desse problema, inclusive para entender a responsabilidade do índio hoje, porque nós temos alguns casos que precisam ser resolvidos e não podemos nos furtar dessa situação sobre teorias antropológicas.

Mas eu quero dizer, discordando com toda vênia, que a FUNASA não está transferindo responsabilidades. Ela chamou para si a responsabilidade, e as ações complementares do Estado e do Município são definidas em lei. Talvez o que nós precisamos fazer aqui seja exatamente o que o Secretário Marcos Machado colocou, é definir quais são as ações a serem pactuadas e executadas, mas não estamos transferindo responsabilidades.

Quero dizer, também, que estamos emergindo de um processo de desmantelamento da FUNASA, proposto pelo Governo passado, aonde a FUNASA iria se transformar em uma agência por uma Medida Provisória que, graças a Deus - os Parlamentares Federais que estão aqui devem lembrar muito bem dessa Medida Provisória - foi rejeitada no Congresso, mas toda a estrutura, Procurador, foi feita para que a FUNASA deixasse de existir, ficasse apenas um micro escritório em cada local. Essa Medida Provisória foi rejeitada no Congresso Nacional em março de 2002, extinguindo a FUNASA e transformando numa agência de excelência. Era um micro escritório em cada Estado. E agora já está em andamento, já mandamos para Brasília a relação de todos os cargos que precisamos. Esse Governo está promovendo concurso público, até o final do ano deve sair o concurso público para que a FUNASA, definitivamente, assuma o seu papel. Eu entendo que precisamos pensar muito neste momento para recomeçar tudo do zero, quando a política de saúde indígena não está definida neste País, ela está em processo de construção porque é algo relativamente novo.

Eu agradeço o espaço colocado, agradeço à sociedade de pediatria também, parceira nossa. A FUNASA lançou um estudo científico na forma de livro e nós estamos avançando nesses estudos, fazendo estudos similares com órgão de cada área, pediatria, nutrição e por aí vai. E queremos estabelecer um banco de dados e um banco de informações científicas que venham a subsidiar uma política eficiente de saúde indígena neste País.

Obrigado por tudo e, quem sabe, até uma próxima oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (GERALDO RESENDE) - Muito obrigado.

Eu gostaria de agradecer mais uma vez a Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, através do Presidente, Deputado Silval Barbosa; agradecer os Deputados Estaduais desta Casa por toda infra-estrutura cedida; agradecer os servidores da Casa que tão gentilmente nos acompanharam no dia de hoje, e pedir as notas taquigráficas. Agradecer os nossos convidados: Dr. José Rubens Zaituni, que tão brilhantemente deu sua contribuição; Dr. Jossy; Dr. Marcos Machado, que é o Secretário de Saúde do Estado; Dr. Mário Lúcio de Avelar, dizendo que nós saímos daqui muito felizes com esta audiência.

Agradecer, também, o Secretário-Chefe da Casa Civil, Deputado Joaquim Sucena; a todos que estiveram aqui conosco no dia de hoje; nossos agradecimentos à TV Câmara, que acompanhou, que gravou e que certamente irá fazer um documentário acerca do trabalho lá em Mato

Grosso do Sul e em Mato Grosso; à TV-Assembléia, Canal 36, que também veiculou toda essa audiência para que a população pudesse acompanhar.

E dizer que lá em Brasília, na próxima semana, faremos toda uma análise do material que conseguimos e, certamente, vamos discutir, também, todas as audiências públicas que precisamos terminar lá em Brasília. Se for preciso fazer um convite novamente às pessoas que aqui falaram e às pessoas que, infelizmente, não puderam contribuir com este trabalho, iremos refazê-lo.

Meu muito obrigado, boa-tarde e até uma próxima oportunidade.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
  - Regina Célia Garcia;
  - Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
  - Rosivânia Ribeiro de França;
  - Tânia Maria Pita Rocha;
  - Aedil Lima Gonçalves;
  - Cristina Maria Costa e Silva;
  - Donata Maria da Silva Moreira;
  - Isabel Luíza Lopes;
- Revisão:
  - Ila de Castilho Varjão;
  - Laura Yumi Miyakawa;
  - Nilzalina Couto Marques.